



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento
Superintendência Regional da Conab do Maranhão

Relatório de Gestão Exercício 2011



Conab

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento
Superintendência Regional da Conab do Maranhão

Relatório de Gestão Exercício 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	14
1.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	14
1.1.2 – Auditoria Independente.....	15
1.1.3 – Descrição e Composição da Estrutura Organizacional.....	16
1.1.4 – Governança Corporativa.....	17
1.1.5 – Principais Responsáveis.....	17
1.2 – ANÁLISE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DOS MACROPROCESSOS	18
1.2.1 – Planejamento Estratégico.....	18
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos	20
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda	20
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	21
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	22
1.2.2.3 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	23
1.2.2.4 – Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	24
1.2.2.5 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	25
1.2.2.6 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos.....	25
1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos.....	26
2 – ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	26
2.1 – ANÁLISE SOBRE O AMBIENTE DE GESTÃO	26
2.2 – ANÁLISE SOBRE O AMBIENTE DE NEGÓCIOS.....	27
3 – SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	29
3.1. INSTRUMENTOS PARA SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	29
.....	29
3.2 – INTERVENÇÕES REALIZADAS EM 2011.....	29
3.2.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	30
a) Abrangência de Atuação do PAA.....	30
b) Recursos Aplicados.....	30
c) Aquisição de Produtos.....	31
3.2.2 – Subvenções do Governo Federal.....	32
3.2.2.1 – Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas.....	32
.....	33
3.3 – PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO.....	33
AINDA NÃO HÁ INDICADORES PARA ESTE ITEM, MAS A CONAB MATRIZ ESTÁ REALIZANDO ESTUDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE INDICADORES PARA SUSTENTAÇÃO DE RENDA NO PRÓXIMO EXERCÍCIO.....	33
4 – PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	33
4.1 ATUAÇÃO DA COMPANHIA.....	33
4.2 – AÇÕES DESENVOLVIDAS.....	34
4.2.1 – Alienação dos Estoques da PGPM.....	34

a) Vendas em Balcão.....	34
b) Comercialização por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap.....	36
4.2.3 – Doação de Produtos Alimentícios.....	37
a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS.....	37
b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI.....	39
c) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social.....	40
d) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM.....	40
5 – ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	41
5.1 – PROHORT.....	41
5.2 – REFAP.....	41
5.3 – PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO.....	43
6 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	44
6.1 – SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM DE PRODUTOS DE TERCEIROS.....	44
6.1.1 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros.....	45
6.1.2 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem.....	45
6.2 – SERVIÇOS DE LEILÕES DE TERCEIROS.....	47
6.3 – SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS.....	47
6.4 – PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO.....	47
AINDA NÃO HÁ INDICADORES PARA ESTE ITEM, MAS A CONAB MATRIZ ESTÁ REALIZANDO ESTUDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE INDICADORES PARA SUSTENTAÇÃO DE RENDA NO PRÓXIMO EXERCÍCIO.....	47
7 – ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	47
7.1 – REDE ARMAZENADORA PRÓPRIA.....	47
7.1.1 Estoques Depositados nas Unidades Próprias.....	49
7.1.2 Estoques Depositados nas Unidades de Terceiros.....	49
7.1.3 – Capacidade Estática de Armazenagem Nacional.....	49
7.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador.....	52
7.2 – ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO.....	52
7.2.1 – Fiscalização dos Estoques Públicos.....	53
7.2.2– Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda.....	54
7.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns.....	54
7.2.4 – Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos.....	55
7.2.5 – ATIVIDADE DE MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUES.....	55
a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM.....	55
b) Remoção de Produtos do MDS.....	56
c) Remoção de Produtos do MDA.....	56
d) Remoção de Produtos do MPA.....	56
7.3 – ANÁLISE DE MOVIMENTAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS.....	56
7.4 – PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO.....	58
8 – GESTÃO TECNOLÓGICA.....	60

8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	60
9 – GESTÃO ESTRATÉGICA.....	60
10 – GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	60
10.1 – LEVANTAMENTO DE SAFRAS.....	60
a) Levantamento da Safra de Grãos.....	60
b) Levantamento da Safra de Cana de açúcar.....	61
10.2 – LEVANTAMENTO DE CUSTOS DE PRODUÇÃO E DE CUSTOS DE INSUMOS.....	62
10.3 – PRINCIPAIS INDICADORES.....	62
11 – GESTÃO DE PESSOAS.....	63
11.1 – ALOCAÇÃO DE EMPREGADOS.....	63
11.2 – COMUNICAÇÃO INTERNA.....	64
11.3 – MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL.....	64
11.4 – CAPACITAÇÃO DE PESSOAL.....	65
a) Quanto ao número de treinandos.....	65
b) Resultados Alcançados	66
11.5 – COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE PESSOAL ATIVO.....	67
11.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências.....	70
11.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria.....	71
11.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal	71
11.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários.....	71
11.5.5 – Custos de Pessoal.....	71
11.5.6 – Mão de Obra Terceirizada.....	73
11.6 – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL – CIBRIUS.....	74
12 – PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	74
12.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	74
12.1.1 – Execução física e orçamentária das ações realizadas pela UJ.....	77
12.1.1.1 – (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	79
12.1.1.1.1 – Análise dos Indicadores da Ação.....	79
12.1.1.2 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos.....	81
12.1.1.2.1 – Análise dos Indicadores da Ação.....	82
12.1.1.3 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	82
12.1.1.3.1 – Análise dos Indicadores da Ação.....	83
12.1.1.4 – (2011) Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados.....	85
12.1.1.4.1 – Análise dos Indicadores da Ação.....	85
12.1.1.5 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	87
12.1.1.5.1 – Análise dos Indicadores de Ação.....	88
12.1.1.6 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	89
12.1.1.6.1 – Análise dos Indicadores da Ação.....	90
12.1.1.7 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.....	91
12.1.1.7.1 – Análise dos Indicadores da Ação.....	92

12.1.1.8 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	93
12.1.1.8.1 – Análise dos Indicadores da Ação.....	94
12.1.1.9 – (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	98
12.1.1.9.1 – Principais Indicadores da Ação.....	99
12.1.1.10.1 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.....	99
12.1.1.10.1 – Principais Indicadores da Ação.....	101
12.1.1.11 – (2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM.....	101
12.1.1.11.1 – Principais Indicadores da Ação.....	101
12.1.1.12 – (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.....	101
12.2.1.12.1 – Principais Indicadores da Ação.....	102
12.1.1.13 – (2272) Gestão e Administração do Programa.....	104
12.1.1.13.1 – Análise dos Indicadores da Ação.....	106
12.2 – ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR.....	106
12.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	106
(ESPERANDO TEXTO DO SECOF).....	107
12.2.2 – Análise Crítica (ESPERANDO TEXTO DO SECOF).....	107
12.3 – TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E REALIZADAS NO PERÍODO.....	107
12.4 – TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIOS	107
12.5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI N.º 6.404/76.....	107
12.6 – COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA EMPRESA.....	123
12.6.1 – Composição Acionária da UJ como investidora.....	125
12.7 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	127
12.8 – PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE	129
13 – GOVERNANÇA E CONTROLES	132
13.1 – INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE INTERNO.....	132
13.2 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO	135
13.2.1 – Deliberações do Tribunal de Contas da União – TCU.....	135
13.2.2 – Deliberações da Controladoria Geral da União – CGU.....	135
13.3 – TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA.....	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGF – Aquisições do Governo Federal
Bacen – Banco Central do Brasil
Camex – Câmara de Comércio Exterior
CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar
CIBRAZÉM – Companhia Brasileira de Armazenagem
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNPB - Conselho Nacional de Pastores do Brasil
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
CGU – Controladoria Geral da União
Cibrius – Instituto Conab de Seguridade Social
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
DERAL – Departamento de Economia Rural
DIFIN – Diretoria Financeira
DIGEM – Diretoria de Logística e Gestão Empresarial
DIGES- Diretoria de Gestão de Estoques
DevCoCast – Aplicações do GEONETCast para e por Países em Desenvolvimento
Dipai – Diretoria de Política Agrícola e Informações
Dirab – Diretoria de Operações e Abastecimento
Dirad – Diretoria Administrativa
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
Ex-CFP – Ex-Companhia de Financiamento da Produção
Funai – Fundação Nacional do Índio
Funasa – Fundação Nacional de Saúde
Geasa – Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
Gebem – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
Gebio – Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade
Gecad – Gerência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
GECON – Gerência de Execução Contábil
GECAF - Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
Gecap – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
Gecom – Gerência de Comercialização
Gefad – Gerência Financeira e de Administração
Gefis – Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
Gehor – Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
GeoSafras – Monitoramento da safra por satélite
Geose – Gerência de Operações e Suporte Estratégico
Gepor – Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária
Gevep – Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados
GEFOC - Gerência de Formação e Controle de Estoques
GPS – Posicionamento por satélite
GEINT – Gerência de Informações Técnicas
GEMOV – Gerência de Movimentação de Estoques
GERAP – Gerência da Rede de Armazéns Próprios

GEPAB – Gerência de Programas Sociais de Abastecimento
IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
Incrá – Instituto de Colonização Rural
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Especiais
LOA – Lei de Orçamento Anual
MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PEP – Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
Pesoja – Prêmio Equalizador de Soja
PGPAF – Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PPA – Plano Plurianual
Proge – Procuradoria Geral
MA – Maranhão
PROHORT – Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Prore – Procuradoria Regional
REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
Seade – Setor de Administração
Seopi – Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIMEPAR – Sistema Meteorológico do Paraná
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado da Administração de Serviços Gerais
SISAC – Sistema de Apreciação de atos de Admissão e Concessões via Internet
SPA – Secretaria de Política Agrícola
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Suarm – Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
Sucon – Superintendência de Contabilidade
Sufin – Superintendência de Finanças
Sufis – Superintendência de Fiscalização de Estoques
Sugof – Superintendência de Gestão da Oferta
Suinf – Superintendência de Informação do Agronegócio
Sumaj – Subprocuradoria de Matéria Judicial
Sumoc – Superintendência de Modernização e Capacitação
Suope – Superintendência de Operações

Supor – Superintendência de Orçamento e Avaliação
Sureg-MA – Superintendência Regional da Conab Maranhão
Sureh – Superintendência de Recursos Humanos
TCU – Tribunal de Contas da União
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
VEP – Valor de Escoamento do Produto
UJ – Unidade de Jurisdição
TR – Taxa de Referência

LISTA DE QUADROS

- Quadro I – Aquisições por meio da CPR – Doação
- Quadro II – Demonstrativo de Pagamento de Subvenção da PGPMBio no Maranhão
- Quadro III – Demonstrativo de Vendas em Balcão
- Quadro IV – Demonstrativo de Vendas pela REFAP
- Quadro V – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MDS
- Quadro VI – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MI
- Quadro VII – Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios
- Quadro VIII – Demonstrativo da Distribuição de Feijão
- Quadro IX – Demonstrativo de Varejistas Filiados à REFAP
- Quadro X – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias da Sureg-MA
- Quadro XI – Demonstrativo do Resultado do Exercício da Sureg-MA
- Quadro XII – Estoques de Terceiros da Sureg-MA
- Quadro XIII – Certificação da Unidades Armazenadoras Próprias Diagnóstico – Previsão 2013
- Quadro XIV – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias Produtos Agropecuários
- Quadro XV – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias Outros Produtos
- Quadro XVI – Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem
- Quadro XVII – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Localização
- Quadro XVIII – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Entidade
- Quadro XIX – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques
- Quadro XX – Demonstrativo dos Números de Fiscalização dos Estoques
- Quadro XXI – Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos
- Quadro XXII – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras
- Quadro XXIII – Demonstrativo das Remoções Contratadas
- Quadro XXIV – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS para o Maranhão
- Quadro XXV – Despesas executadas PGPM
- Quadro XXVI – Aquisição de produtos para a Formação de Estoques Públicos – PGPM
- Quadro XXVII – Dotação orçamentária para a ação (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras
- Quadro XXVIII – Comparativos das safras 2010/2011 e 2011/2012
- Quadro XXIX – Demonstrativo da Área Cultivada e Produção de Cana de Açúcar
- Quadro XXX – Treinamento, por Área de Conhecimento na Sureg-MA
- Quadro XXXI – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional
- Quadro XXXII - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011
- Quadro XXXIII – Demonstrativo por Nível de Enquadramento
- Quadro XXXIV – Demonstrativo por Nível de Escolaridade
- Quadro XXXV – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ
- Quadro XXXVI – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária
- Quadro XXXVII – Composição do Quadro de Estagiários
- Quadro XXXVIII – Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011
- Quadro XXXIX – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva
- Quadro XL – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra
- Quadro XLI – Despesas por Modalidade de Contratação
- Quadro XLII – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- Quadro XLIII – Despesas por grupo e elemento da despesa

- Quadro XLIV – Execução física e orçamentária das ações realizadas pela UJ
- Quadro XLV – Dotações orçamentárias para a ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- Quadro XLVI – Dotação orçamentária para a ação (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exame Periódicos
- Quadro XLVII – Dotação orçamentária para a ação (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- Quadro XLVIII – Dotação orçamentária para a ação (2011) Auxílio – Transporte aos Servidores e Empregados
- Quadro XLIX – Dotação orçamentária para a ação (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
- Quadro L – Dotação orçamentária da ação (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
- Quadro LI – Execução Física e Orçamentária da Ação na Sureg-MA (2010 a 2011)
- Quadro LII – Dotação orçamentária para a ação (0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
- Quadro LIII – Elementos de Despesa da Dotação orçamentária
- Quadro LIV – Dotação orçamentária para a ação (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares
- Quadro LV – Elementos da Execução Orçamentária
- Quadro LVI – Dotação orçamentária para a ação (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas
- Quadro LVII – Discriminação da execução orçamentária
- Quadro LVIII – Demonstrativo da Quantidade de Produtos Comercializadas pelas Centrais de Negócios
- Quadro LIX – Dotação orçamentária para a ação (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns
- Quadro LX – Detalhamento dos Serviços/obras/aquisição na UJ
- Quadro LXI – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns
- Quadro LXII – Dotação orçamentária da ação (2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM
- Quadro LXIII – Dotação Orçamentária para a ação (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar
- Quadro LXIV – Execução orçamentária da ação (8579) na Sureg-MA
- Quadro LXV – Dotação orçamentária da ação (2272) Gestão e Administração do Programa
- Quadro LXVI – Despesas Correntes e de Capital recebidos pela UJ
- Quadro LXVII – Inscuições em Restos a Pagar
- Quadro LXVIII – Estrutura de Controles Internos da UJ

LISTA DE FIGURAS

- Figura I – Organograma da Sureg-MA
- Figura II – Mapa Estratégico Corporativo
- Figura III - Macroprocesso de Sustentação da Renda
- Figura IV – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento
- Figura V – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento
- Figura VI – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros
- Figura VII – Macroprocesso de Prestação de Serviços
- Figura VIII – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos
- Figura IX – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos
- Figura X – Evolução dos Recursos Aplicados pela Conab no PAA
- Figura XI – Evolução das Quantidades Vendidas
- Figura XII – Evolução da Comercialização de Estoques Públicos pela Refap
- Figura XIII – Evolução do Número de Atendimentos-MDS
- Figura XIV – Evolução do Número de Atendimentos – MI
- Figura XV – Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade
- Figura XVI – Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros na Sureg-MA
- Figura XVII – Evolução do Índice de Ocupação da Sureg-MA
- Figura XVIII – Rede Armazenadora Instalada no Maranhão
- Figura XIX – Evolução da Capacidade Estática x Produção Agrícola
- Figura XX – Evolução do Número de Empregados

INTRODUÇÃO

Tomando-se por base o disposto na Decisão Normativa TCU nº 108/2010, não houve ocorrências na Conab-MA dos itens 1.1.2, 5.1, 6.2, 6.3, 7.1.2, 7.2.4, 7.2.5 (item “c” e “d”), 8, 9, 10.2, 11.4 (item “b”), 11.6 e 12.4.

Também não houve ocorrências dos itens 3.3, 4.3 e 6.4, visto que os indicadores (que devem compor tais itens), ainda estão em desenvolvimento na Conab Matriz e depois será repassado as Superintendências Regionais.

Já os itens 12.5, 12.6 e 12.8 estão com seus dados consolidados, ou seja de toda a Conab, pois toda a contabilidade da empresa é centralizada em nossa matriz.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Superintendência Regional da Conab no Maranhão, que teve como destaque a operacionalização dos programas sociais que são: o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programas Vendas em Balcão, bem como a receita de armazenagem de terceiros.

MARGARETH DE CÁSSIA OLIVEIRA AQUINO

Superintendência Regional do Maranhão
Superintendente

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB Superintendência Regional Maranhão			
Denominação abreviada: Conab/Sureg-MA			
Código SIORG: 087065	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 135170	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal			
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar (Administração Pública em Geral)			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(98) 2109 – 1302	(98) 2109 – 1300	(98) 2109 – 1350
Endereço Eletrônico: ma.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Av. Jerônimo de Albuquerque, Edifício Nena Cardoso, nº 06 - Vinhais			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Conab é constituída nos termos do art. 19 da Lei n.º 8.029 de 12.04.90, regulamentada pelo Decreto n.º 99.944, de 26.12.90. A última alteração do Estatuto Social foi aprovada por meio do Decreto n.º 6.407, de 24/03/08. A Superintendência Regional da Conab no Estado do Maranhão, é parte integrante da estrutura organizacional da Conab e foi criada mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 38.ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 05/04/1994.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei n.º 9.973/2000 – Lei de Armazenagem de Produtos Agrícolas.			
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Operações da Conab – MOC e Normas de Organização – NOC 10.000, 20.000, 30.000, 40.000, 50.000 e 60.000			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			

Código SIAFI	Nome
135170	Sede Sureg Maranhão
135171	Unidade de Estoque Estratégico Maranhão
135174	Unidade Armazenadora de Imperatriz
135460	Unidade Armazenadora de São Luis
135550	Unidade Conab PAA Maranhão
135173	Unidade Armazenadora de Itaqui
135569	Unidade Armazenadora de Balsas
135172	Núcleo Estoque Regulador PGPM Maranhão
135429	Mercado de Opção Maranhão
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135170	22211
135171	22211
135174	22211
135460	22211
135550	22211
135173	22211
135569	22211
135172	22211
135429	22211

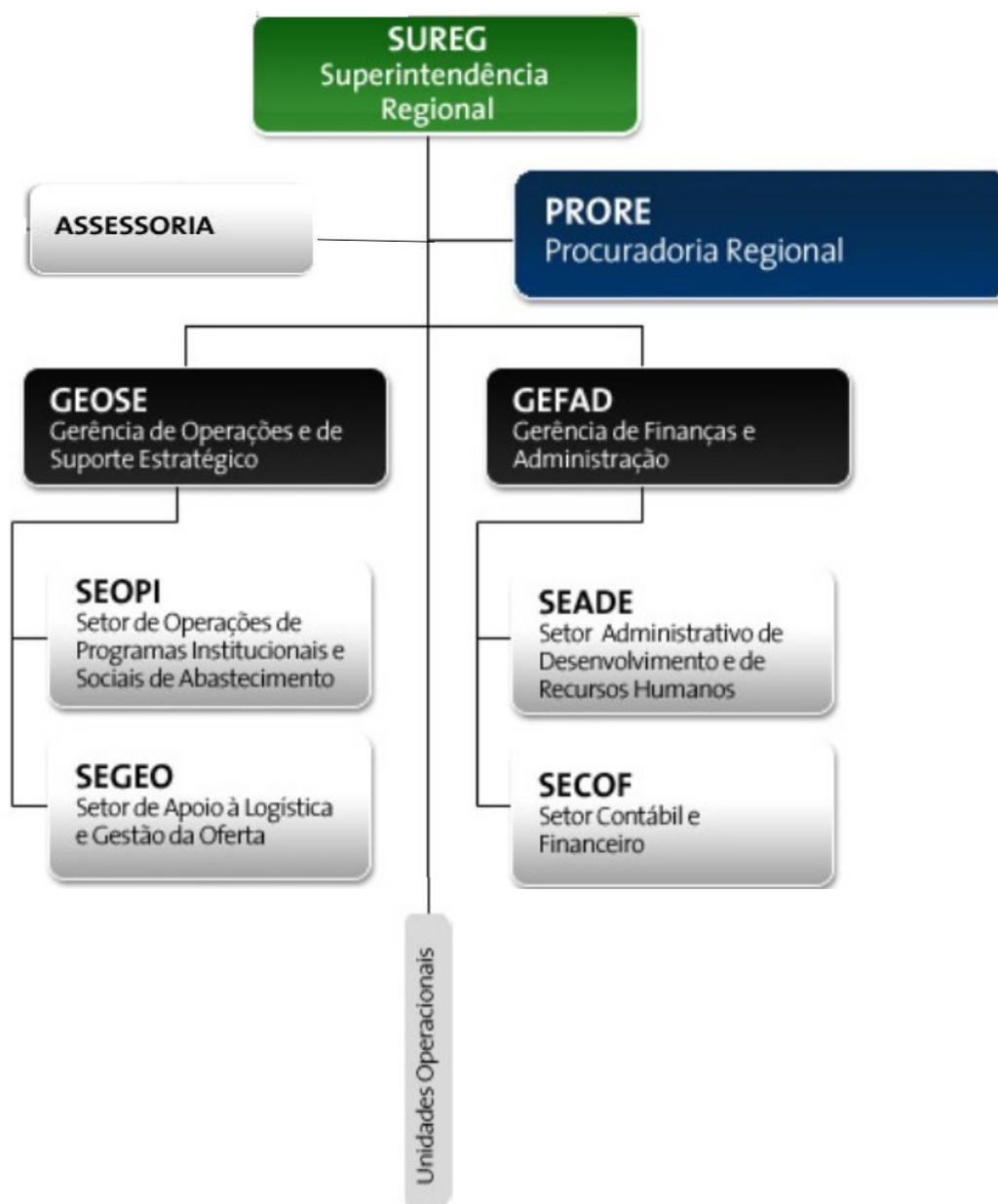
1.1.2 – Auditoria Independente

Não houve ocorrência, visto que na estrutura da Conab a Auditoria independente dar-se apenas no âmbito da Matriz e não a nível de Regionais.

1.1.3 – Descrição e Composição da Estrutura Organizacional

A Superintendência Regional do Maranhão é composta por unidades administrativas e operacionais e está disciplinada e regulamentada no Regimento Interno 10.104, de 13.12.2011. O organograma da Sureg-MA está descrito abaixo.

Figura I – Organograma da Sureg-MA



1. Superintendência Regional – Sureg: É o dirigente máximo da UJ. A Superintendência Regional tem como principais incumbências representar a Companhia perante outros órgãos e coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;

2. Assessoria: Cargo de staff ligado diretamente a Superintendência;

3. Procuradoria Regional – Prore: Subordinada hierarquicamente à Sureg e tecnicamente a Procuradoria-Geral e tem como competência principal propor e ajuizar as ações de cobrança e outras de interesse da Conab e acompanhar as ações em que a Conab-MA seja parte;

4. Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – Geose: Subordinado à Superintendência e tem como competências promover, por intermédio de seus setores, Seopi e Segeo, o desenvolvimento empresarial, o apoio à logística e gestão da oferta, as operações de estoques e comerciais e os programas institucionais e sócias de abastecimento. Tem como setores subordinados: o **Setor de Operações de Programas e Sociais de Abastecimento – Seopi** e o **Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo**;

5. Gerência de Finanças e Administração – Gefad: Subordinado à Superintendência e tem como competências promover, por intermédio de seus setores, Seade e Secof, a execução contábil, tributária, fiscal, orçamentária e financeira e a administração dos recursos humanos, material, patrimônio, seguro, desenvolvimento e modernização administrativa. Tem como setores subordinados: O **Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – Seade** e o **Setor Contábil e Financeiro - Secof**;

6. Unidades Armazenadoras: Subordinadas hierarquicamente a Superintendência e funcionalmente às Gerências. A elas compete receber, classificar, conferir, processar, conservar e expedir produtos armazenados pela Conab-MA.

1.1.4 – Governança Corporativa

A Governança Corporativa pode ser entendida como um sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas. Para facilitar a Governança Corporativa, a Conab envolve nas decisões da empresa seus conselhos (Fiscal e de Administração) e a diretoria colegiada (Presidência da empresa e suas quatro Diretorias) e a empresa também conta com uma Ouvidoria (localizada em Brasília).

A Transparência faz-se, principalmente, através do Site da Conab Nacional, onde o cidadão encontra todas as informações sobre as ações, programas e objetivos da empresa.

Como a maioria das atividades da Governança Corporativa é centralizada na Matriz, cabe as Superintendências Regionais fazer cumprir qualquer ação emanada da Matriz.

1.1.5 – Principais Responsáveis

Segue abaixo os principais responsáveis, sendo que na Sureg-MA não contamos com Ouvidor e Auditor Interno no organograma da Superintendência.

ORDENADORES	PORTARIA DESIGNAÇÃO	DATA	PORTARIA DISPENSA	DATA
RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS	034	27/02/09	610	01/06/11
FRANCISCO DE ASSIS F. FONSECA	611	01/06/11	521	23/04/12

ORDENADORES SUBSTITUTO	PORTARIA	DATA	PORTARIA	DATA
------------------------	----------	------	----------	------

	DESGNAÇÃO		DISPENZA	
OLAVO OLIVEIRA SILVA	028	23/03/09	080	11/01/12
GESTOR	PORTARIA DESGNAÇÃO	DATA	PORTARIA DISPENZA	DATA
OZIAS GARRETO DE SOUSA	125	04/03/10	629	13/06/11
JOSÉ CARLOS F. ROCHA	636	13/06/11	359	02/04/12

GESTOR SUBSTITUTO	PORTARIA DESGNAÇÃO	DATA	PORTARIA DISPENZA	DATA
FERNANDO GERARDO S.DA ROCHA				

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

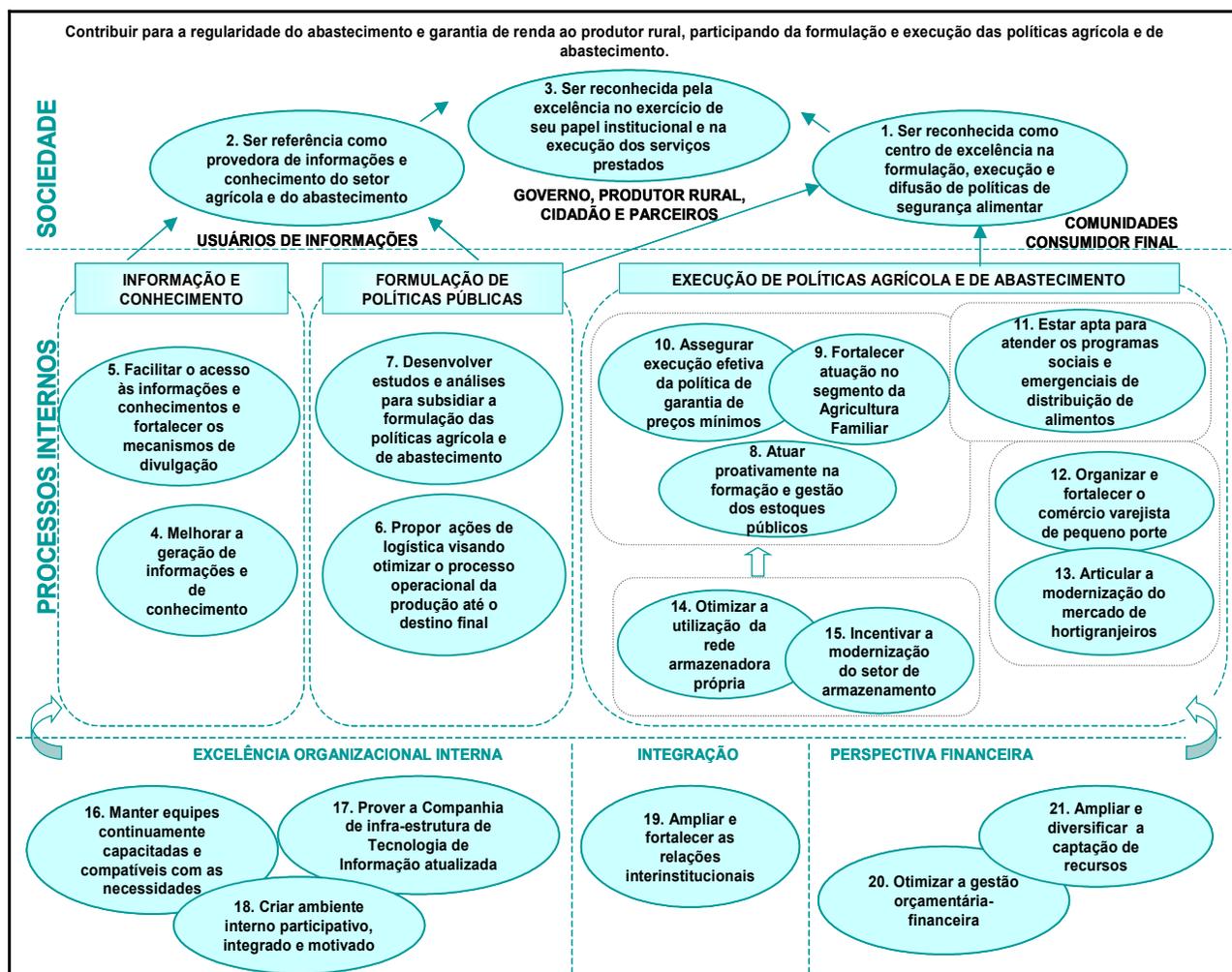
1.2.1 – Planejamento Estratégico

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura II – Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a

finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

- a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;
- b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;
- c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI n.º 097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

Percebe-se que o Planejamento Estratégico fica a cargo da Matriz, cabendo as Superintendências o papel de executoras dos planos traçados.

1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

Os mapeamentos dos macroprocessos da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, permitem uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da organização, com definição das entradas e saídas de cada macroprocesso, dos relacionamentos existentes entre eles e entre os principais públicos-alvo dos produtos e serviços da Companhia, estabelecidos sob a ótica das competências regimentais e dos resultados esperados segundo as necessidades do Estado e da sociedade.

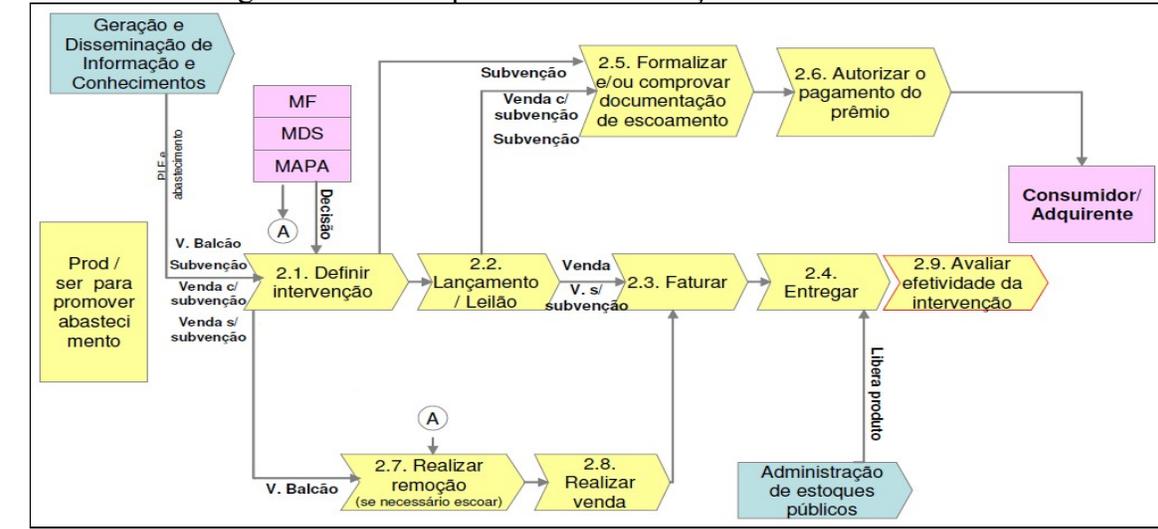
Tratou-se de elemento inovador para subsidiar os principais requisitos estratégicos para que os macroprocessos mapeados viessem a suportar a estratégia estabelecida no Planejamento Estratégico, com a classificação do grau de suficiência destes, em seu estado atual, quanto ao atendimento completo, parcial ou nulo dos requisitos estratégicos definidos.

Seguindo a mesma linha do Planejamento Estratégico, a concepção, o acompanhamento e controle ficam a cargo da Matriz da Conab, cabendo as Superintendências Regionais a execução dos macroprocessos.

1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto iternas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Figura IV – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



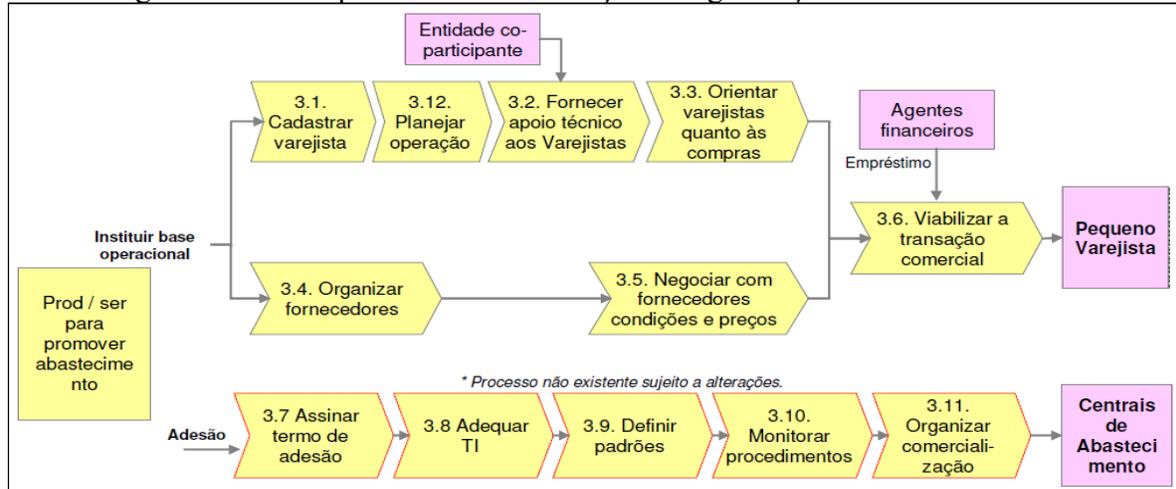
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização – Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Figura V – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

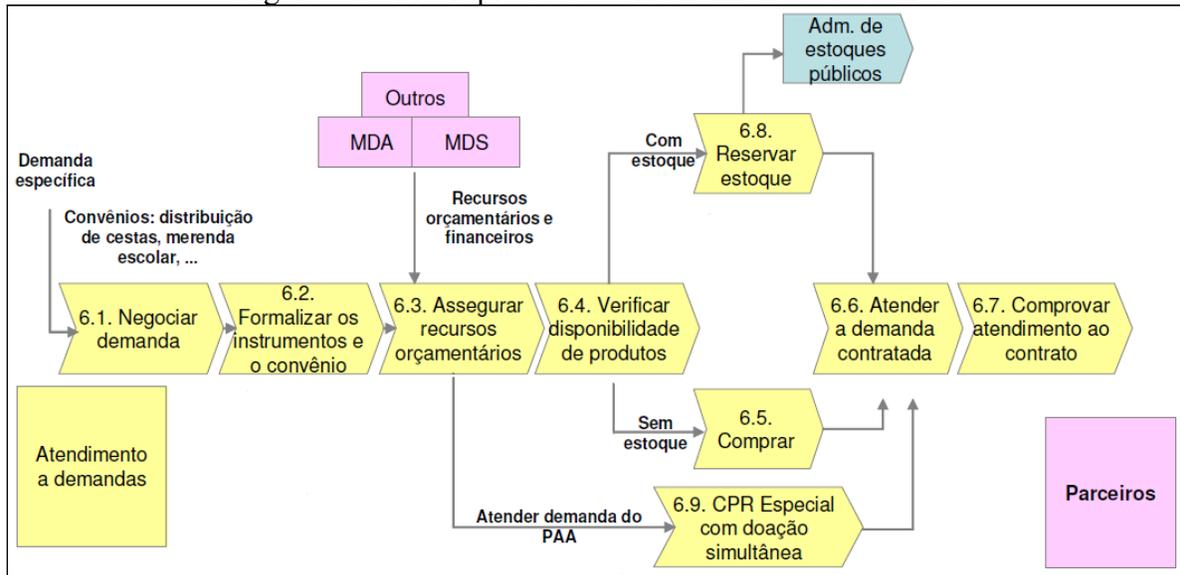
1.2.2.3 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Figura VI – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

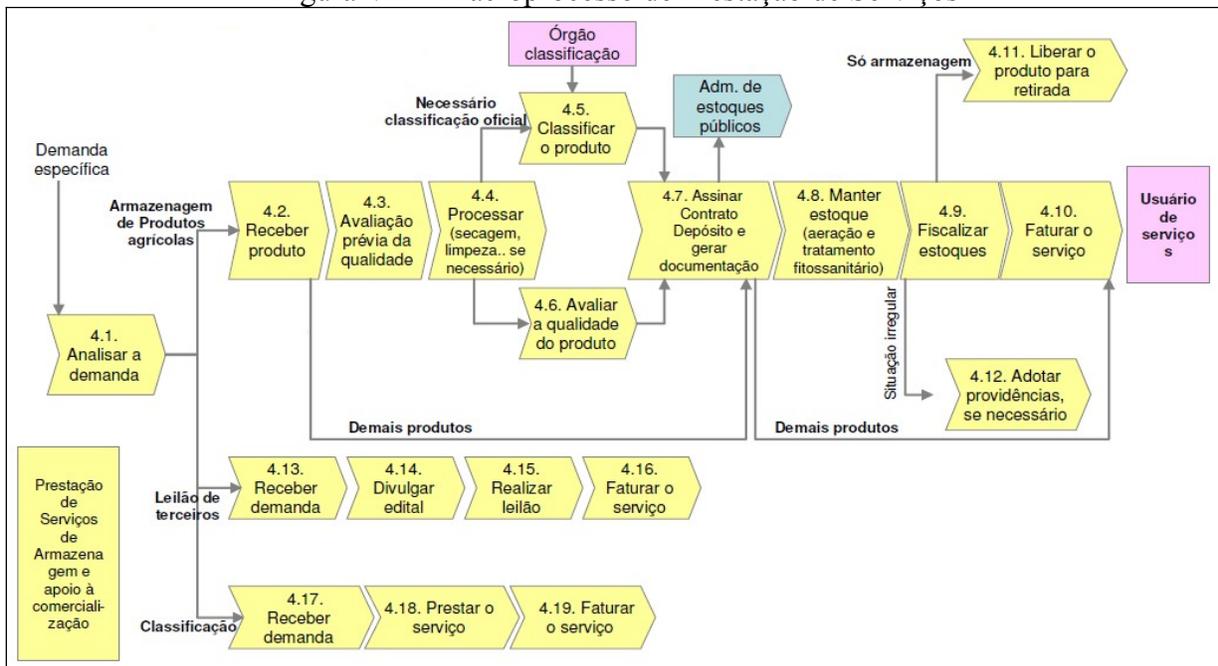
1.2.2.4 – Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização – SEC.

Figura VII – Macroprocesso de Prestação de Serviços

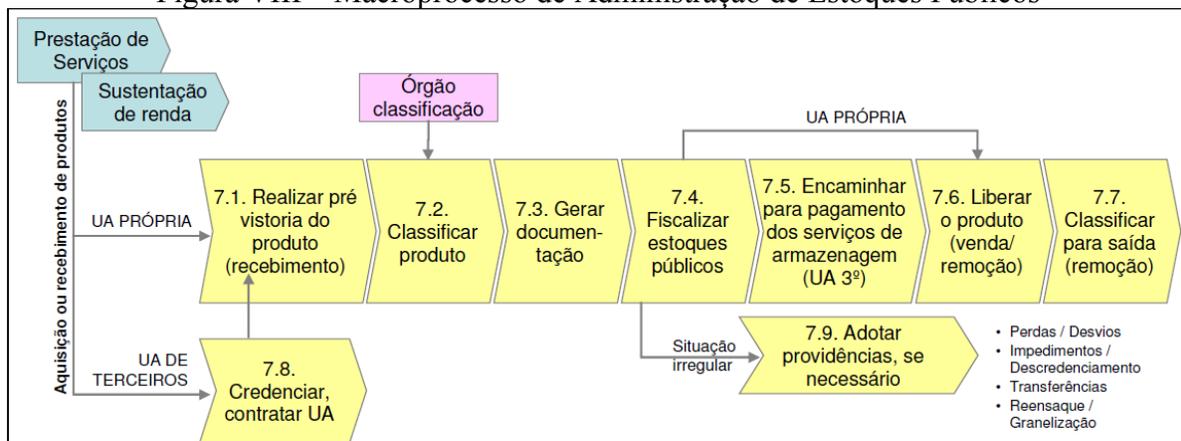


Fonte: Conab

1.2.2.5 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura VIII – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



Fonte Conab

1.2.2.6 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

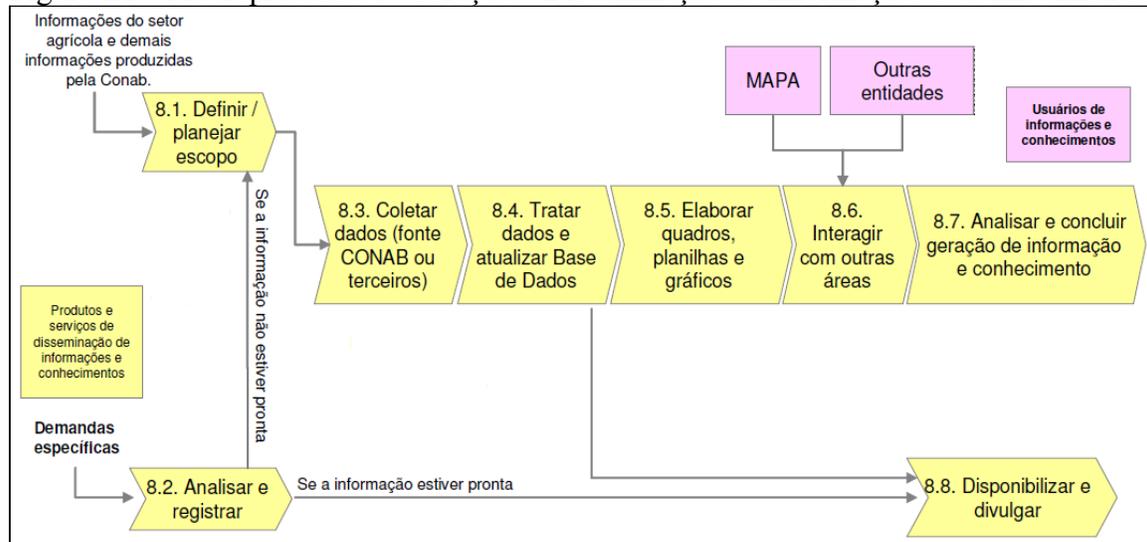
É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de

Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Figura IX – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos

Até o presente momento não temos resultados estratégicos previstos para os próximos 5 (cinco) anos, visto que, como já dito anteriormente, foi constituído grupo de trabalho para a retomada do Plano Estratégico da Companhia. Logo, a Sureg-MA não tem Plano de Ações e metas, e nem objetivos de longo prazo definidos formalmente.

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

Dada a natureza de suas funções institucionais, a Conab Nacional atua nas várias fases do processo de produção e abastecimento, desde a definição das políticas econômicas direcionadas à produção agrícola, até a administração dos estoques públicos formados na execução dessas políticas, incluindo a comercialização nos momentos e locais necessários. Em suma, é uma empresa desenhada para, num primeiro momento, auxiliar as proposição e decisão de medidas de política agrícola e, uma vez definida a forma de ação, cuidar de sua gerência e execução.

Considerando as linhas de atividades da Conab Nacional, a Conab do Maranhão tem seu grande foco na sustentação da renda do produtor, principalmente nos programas voltados a agricultores familiares como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

Mas para desenvolver melhores estratégias no mercado agrícola, tendo conhecimento onde e quando atuar, a Conab do Maranhão também tem forte atuação quanto a geração e disseminação de informações e conhecimentos do setor agropecuário.

Portanto, é através das conjunturas agrícolas, que a Conab-MA consegue avaliar que na agricultura do Maranhão ainda predomina a agricultura familiar com pouca mecanização e extremamente dependente das chuvas. No início dos plantios desta safra atual, o estado passou por veranico, o que prejudicou, principalmente, o pequeno produtor. Este, como tem pouca produção (oferta de produto) torna-se muito dependente dos programas de governo de compras de produtos alimentícios (como PAA e PNAE). Por conseguinte, o Maranhão é o maior produtor do Nordeste de arroz e grande produtor de milho, o que acaba gerando, queda de preço pago ao produtor nas safras (oferta em excesso). O estado é o 10º maior produtor de grãos do país.

Além do que, as conjunturas agrícolas também auxiliam o monitoramento da Conab quanto aos preços agrícolas. Logo, se houver oferta em abundância de determinado produto agrícola (o que abaixa consideravelmente o preço pago ao produtor), a Conab pode fazer-se presente.

Para o bom desenvolvimento de suas atividades a Conab-MA necessita da contratação de bens e serviços oferecidos por outras organizações públicas ou privadas.

No execução da PGPM, a Conab dispõe de uma rede de armazéns próprios inferior à demanda ou na modalidade (convencional ou granel) inadequada ao tipo de produto oferecido em algumas zonas de produção, necessitando, portanto, da contratação dos serviços de armazenagem em unidades que atendam aos requisitos estabelecidos nas normas internas. Além desses e objetivando a remoção dos estoques públicos para abastecimento em áreas carentes ou para abertura de espaço em unidades armazenadoras localizadas em zonas de produção, a Conab contrata por meio de leilões públicos, empresas especializadas no transporte de cargas.

Além dessas, a Conab tem sistematicamente realizada a contratação de serviços de vigilância, de limpeza e conservação e de escritórios de advocacia.

Sabemos que toda atividade ou ação desenvolvida tem um risco inerente. Sendo assim, a Conab Nacional (em Brasília) tem em seu organograma a Gerência de Riscos – GERIS, que se encarrega de avaliar os fatores de riscos atrelados as ações realizadas pela empresa. No organograma da Sureg-MA não existe tal gerência.

Como já citado no tópico sobre planejamento estratégico, a Conab está reformulando seu plano. Portanto não temos com tecer análise sobre o ambiente de gestão para os próximos dois anos.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

No desenvolvimento de suas atividades que abrangem desde a proposição de políticas públicas até a execução dessa políticas, a Conab executa diversas ações que encontram paralelo com outras instituições publicas ou privadas, mas que diferem quanto aos objetivos propostos.

Graças principalmente ao crescimento do agronegócio no Maranhão, o serviço de armazenagem está muita procura. Atualmente, temos no estado 148 armazéns cadastrados, com capacidade estática total de 1.785.482 quilos. Devido ao agronegócio, a grande maioria destes armazéns encontra-se na região sul, sendo que muitos localizam-se dentro das fazendas. Como principais empresas privadas que ofertam o serviço de armazenagem temos Ceagro, Bunge, Cargill e ABC Inco.

Devido ao aumento na demanda por serviços de armazenagem houve ampliação na procura por serviço de cadastramento de armazéns. Com o armazém cadastrado pelo Governo Federal, o produtor ou empresa pode armazenar produtos oriundos de estoques públicos. O órgão do governo

autorizado a prestar este serviço é apenas a Conab. O cadastramento é gratuito para o requerente, logo este serviço não gera receita à Conab..

A Armazenagem é uma frente muito forte da Conab-MA. Para tanto, a Conab do Maranhão conta com 3 Unidades Armazenadoras (uma em Imperatriz e duas em São Luís). As Unidades são compostas por 8 armazéns gerais com capacidade estática de 63.496 toneladas (11.496 convencional e 52.000 a granel).

Neste serviço destaca-se a UA-Itaqui. Devido a sua localização, dentro do Porto do Itaqui, a Unidade recebe demanda constante para armazenar produtos de terceiros.

No exercício anterior, as receitas de armazenagem no estado do Maranhão ficaram em torno de R\$ 976.682,37, sendo que a receita de armazenagem da UA-Itaqui representa 97% deste total. Nacionalmente, A UA-Itaqui é a 5º Unidade da Conab que mais arrecada com armazenagem de terceiros, sendo a que mais arrecada no Nordeste.

Os principais clientes da UA-Itaqui são:

CNPJ	Razão Social	Produto armazenado
26.651.646/0009-80	Companhia de Distribuição Araguaia - CDA	Arroz
64.904.295/0027-42	Camil Alimentos S.A	Arroz
88.301.155/0023-14	Moinhos Cruzeiros do Sul S/A	Trigo

Nas nossas outras duas Unidades Armazenadoras os produtos estocados são do governo federal, principalmente produtos que compõem cestas básicas para acampados, quilombolas, indígenas, etc. Nesse caso a Conab cumpre a função de guarda de produtos destinados a assistência de pessoas em insegurança alimentar cadastradas junto aos Ministérios e Órgãos federais (como INCRA e FUNAI).

Terminamos o exercício passado com mais de 10.651.758 quilos de produtos estocados nas Unidades. Este estoque estava avaliado em R\$ 8.872.986,26.

Quanto a comercialização, a Conab-MA se destaca na compra de produtos agrícolas do pequeno produtor através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Este programa faz parte do Programa Fome Zero e visa auxiliar os agricultores familiares em um dos seus maiores gargalos: a comercialização de seus produtos. Os produtos adquiridos são doados as pessoas que estão em insegurança alimentar ou necessitem de complementação alimentar (como entidades assistenciais, restaurantes populares, CRAS, etc).

No exercício passado, foram adquiridos 7.465 toneladas de produtos agrícolas diversos no valor total de R\$ 18.214.689,80 , beneficiando 4.122 produtores. Apesar do programa não gerar receita para a Conab, a empresa está cumprindo sua função social de garantir a segurança alimentar do cidadão e sua missão institucional que é: *Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.* O PAA é um programa de geração de renda aos agricultores e de diminuição a insegurança alimentar (muito parecido com o Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE).

Outro serviço muito procurado são as vendas de produtos através do programa Vendas em Balcão. Neste programa, o governo permitiu, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tivessem acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos. No Maranhão, é ofertado apenas milho em grãos.

No último ano, foram vendidos 2.911.709 quilos de milho no Programa a 1.317 clientes, rendendo R\$ 1.439.395,25 em receita a Superintendência. Em sua grande maioria, os criadores atendidos neste programa são pequenos criadores.

A Conab também atuou na PGPM ao produtor extrativista, pagando prêmio de subvenção aos extrativistas que comprovassem que venderam seu produto abaixo do preço mínimo estabelecido para a Conab. No Maranhão o produto extrativista procurado para pagamento de bônus é a amêndoa do babaçu, cujo o estado é o maior produtor do país, contando com 97% da produção. Com tanta oferta, o preço tende a cair. A Conab-MA pagou R\$ 410.398,52 as extrativistas. Este é mais um serviço que não gera receita a empresa, mas como falado antes, a Sureg-MA está cumprindo sua função institucional de gerar renda ao produtor.

Neste último ano, a Conab do Maranhão não foi demandada para prestar serviços de classificação ou para realizar intervenções no mercado agrícola com os instrumentos de comercialização que auxiliam no agronegócio, como o PEP, VEP ou PEPRO, ou com os instrumentos para Aquisições do Governo Federal (no caso AGF e Contrato de Opção) ou com leilões de terceiros.

No que tange a autorização para realizar classificação de produtos agrícolas, além da Conab temos a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA (autarquia estadual) e empresas privadas como a Clavece (com sede no Ceará).

Já no ramo de compras de produtos agropecuários, além da Conab (que representa o Governo Federal), temos a Bunge, Cargill, Ceagro e ABC Inco., que estão entre as maiores compradoras de produtos agrícolas do estado.

3 – Sustentação de Renda

3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características socioeconômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como: Aquisições do Governo Federal (AGF), Contrato de Opção, Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO) e Programa de Subvenção Direta ao Produtor Extrativista.

No exercício anterior, na Sureg-MA houve ocorrência apenas do último instrumento.

3.2 – Intervenções Realizadas em 2011

No Estado do Maranhão a agricultura é a principal atividade econômica, apesar do nível de desenvolvimento ser ainda bastante reduzido, predominando a agricultura extensiva com presença de técnicas arcaicas, rotação de terra, baixa produtividade, voltada para a subsistência e altamente dependente do clima.

Destacam-se as culturas de cana de açúcar, mandioca, arroz, milho e soja.

O arroz é cultivado principalmente nos vales fluviais e coloca o Estado como o 4.º maior produtor nacional na safra de 2010 e primeiro da Região Nordeste, mas apresenta baixa produtividade, fruto de técnicas rudimentares, da prática de sistema de consórcio com feijão e milho e do cultivo de sequeiro.

De maior importância na atividade, o cultivo da soja, principalmente no centro-sul do Estado, vem gradativamente conquistando mais espaço e utilizando técnicas agrícolas mais modernas, com certo grau de mecanização, tornando-se o principal produto agrícola de exportação maranhense.

Em resumo, a produção agrícola é insuficiente para o abastecimento interno, não gerando excedentes comercializáveis, portanto não há espaço e demanda para intervenções governamentais.

A agricultura maranhense é a principal atividade econômica do Estado, considerando o seu nível de desenvolvimento que ainda é bastante reduzido, podemos caracterizar a agricultura maranhense.

3.2.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF;**
- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque;**
- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação.**

No estado do Maranhão, em 2011 só atuamos no PAA na modalidade CPR-Doação.

a) Abrangência de Atuação do PAA

No âmbito da Sureg-MA o Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 1.288 produtores familiares quando foram adquiridas 3.378 toneladas de diversos produtos alimentícios evoluindo, em 2011, para 4.148 produtores e 7.465 toneladas.

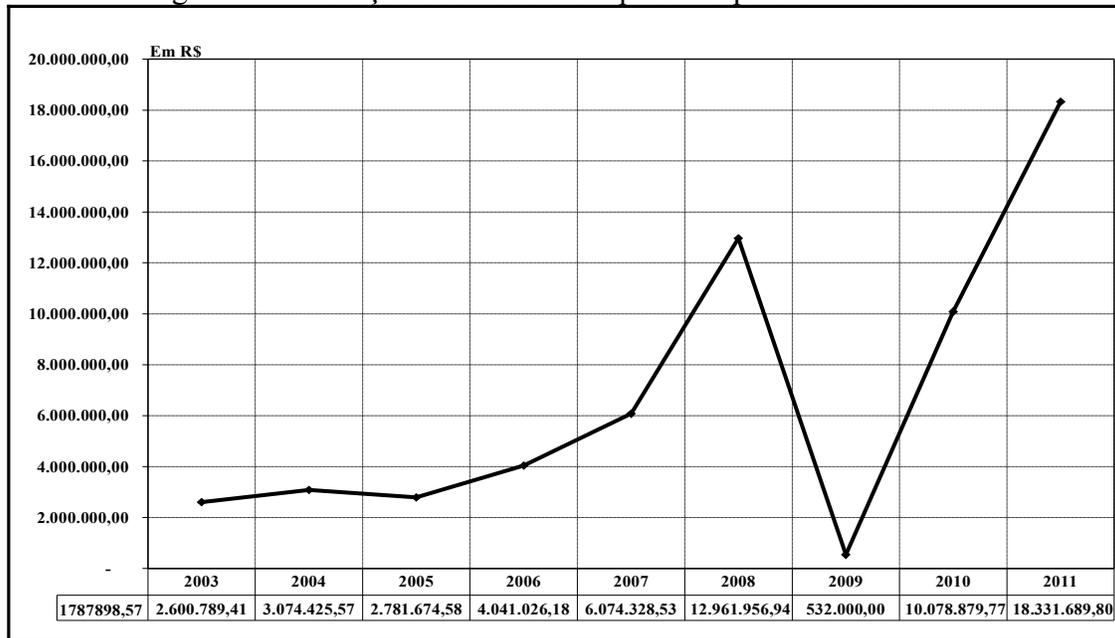
b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab Nacional celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda

de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. A figura a seguir apresenta a evolução dos recursos aplicados pela Sureg-MA.

Figura X – Evolução dos Recursos Aplicados pela Conab no PAA



Fonte: Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Em 2011, não houve aquisição por meio da Compra Direta-CDAF, tendo em vista que houve pouca demanda para aquisição dos produtos, devido a alta de preços, e, por meio da CPR-Estoque pelo motivo acima exposto.

Por meio da CDAF foram doadas adquiridas e doadas 7.465 toneladas de produtos alimentícios a 1.091 entidades sociais beneficiado 365.776 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro I – Aquisições por meio da CPR-Doação

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
MA	55		4.148	7.465	18.331.689,80	1.091	365.776
Total			4.148	7.465	18.331.689,80	1.091	365.776

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CRP-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

3.2.2 – Subvenções do Governo Federal

A utilização dos instrumentos de subvenção tem como principal objetivo garantir a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real, e ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab,

3.2.2.1 – Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

Em meados de 2011 houve entrave na assinatura da Portaria Interministerial que libera os recursos, sendo assinada somente em 23 de dezembro. Tal situação impossibilitou a operacionalização do Programa no segundo semestre, devendo influenciar negativamente os primeiros meses de 2012.

Para melhor conhecer o mercado agrícola, a Conab-MA sempre realiza conjunturas agropecuárias, participa de comitês e grupos com outros órgãos ligados a agricultura para gerar conhecimento sobre o mercado (como CISMA e CGEA), pois só com o macro conhecimento sobre o mercado é que a Conab pode adotar critérios melhores para definir se é necessário intervir no mercado e qual instrumento é mais adequado a situação.

No Maranhão, o produto extrativista mais procurado para o recebimento de prêmio no Programa de Subvenção ao Extrativista é a amêndoa de babaçu, visto que, como o Maranhão é o maior

produtor de babaçu do país, portanto, a oferta do produto tende a ser maior que a procura, o que impacta o valor pago ao produtor extrativista.

O Babaçu é um produto extrativista que tem grande relevância econômica no estado, logo a Conab-MA acompanha através de pesquisas de preços, o mercado, para definir se a necessidade de pagamento ou não de prêmio de subvenção.

No período foram pagos aos extrativistas maranhenses R\$410.398,52, referentes a 3.639 toneladas de amêndoa de babaçu.

Quadro II – Demonstrativo de Pagamento de Subvenção da PGPMBio no Maranhão

UF	N.º Extrativistas	Quant. (Kg)	Valor (R\$)
Amêndoa de Babaçu			
MA	3.639	815.402	410.398,52
Subtotal	3.639	815.402	410.398,52
Total Geral	3.639	815.402	410.398,52

Fonte: Sugof

3.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Ainda não há indicadores para este item, mas a Conab Matriz está realizando estudos para a implantação de indicadores para Sustentação de Renda no próximo exercício.

4 – Promoção do Abastecimento

4.1 Atuação da Companhia

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS;
- Ação “**Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

No tocante as ações específicas da Sureg do Maranhão, não houve operações envolvendo Vendas em Leilões públicos (com ou sem subvenção), ocorrendo apenas Vendas em Balcão e distribuição de alimentos.

4.2 – Ações desenvolvidas

4.2.1 – Alienação dos Estoques da PGPM

a) Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso,

em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

Em 2011, as vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, realizadas nas unidades armazenadoras de Imperatriz e São Luís, totalizaram 2.912 toneladas de milho em grãos, em 1.317 atendimentos, com incremento de 0,69% sobre a quantidade vendida em 2010.

Quadro III – Demonstrativo de Vendas em Balcão

Unidade	2008			2009			2010			2011		
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes
Imperatriz	492	231.502,26	210	56	23.262,79	51	1.184	396.201,00	509	1.356	645.839,78	539
São Luís	374	202.103,29	254	303	134.981,02	283	1.708	615.387,00	1.550	1.555	793.555,47	778
Total	865	433.605,55	464	358	158.243,81	334	2.892	1.011.588,00	2.059	2.912	1.439.395,25	1.317

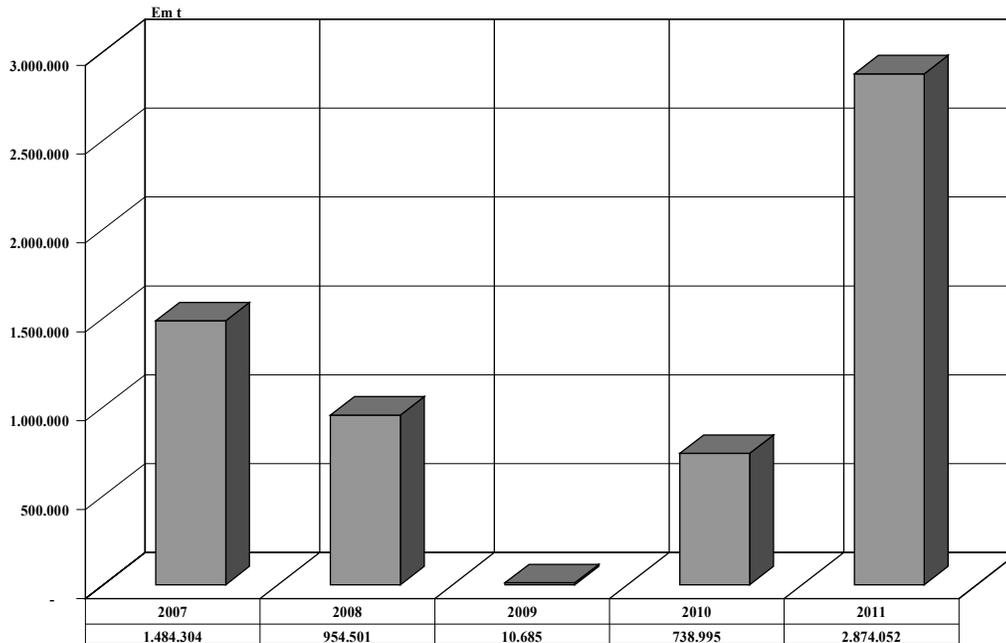
Fonte: Supab/Gepab

Verifica-se no quadro acima que, nos últimos três anos, houve aumento nas quantidades vendidas no programa, o que mostra a ampliação do programa no atendimento aos compradores de

pequeno porte, reduzindo os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste.

Na figura abaixo visualizamos melhor a evolução das quantidades vendidas no Programa no estado do Maranhão.

Figura XI – Evolução das Quantidades Vendidas



Fonte: Supab/Gepab

b) Comercialização por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap

Em 2009, a Conab passou a disponibilizar parte dos estoques públicos adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA para comercialização por meio da Refap, beneficiando as populações de baixa renda clientes dos pequenos mercados nas periferias das grandes cidades e integrantes de Centrais de Negócios. Em 2011, foram comercializadas 2.087 toneladas nas Centrais de Negócios já formadas.

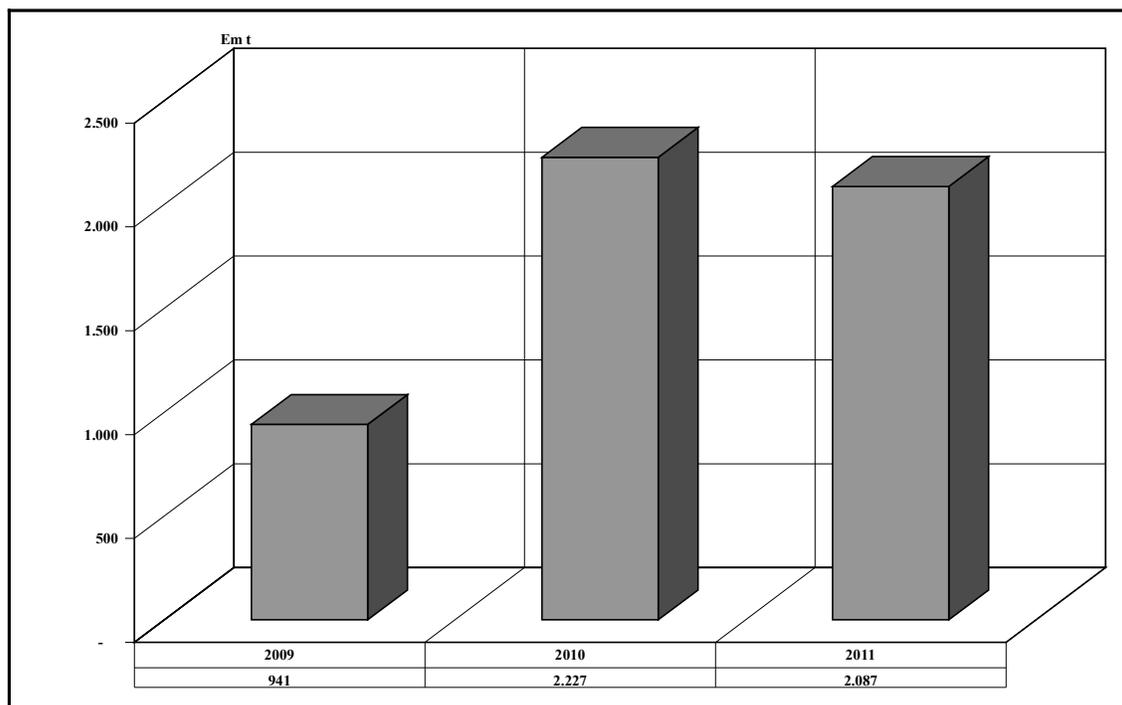
Quadro IV – Demonstrativo de Vendas pela REFAP

Sureg	Quantidade (t)					Total	Valor (Em R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
	Açúcar	Arroz Beneficiado	Farinha Mandioca	Leite em pó	Pêssego em calda				
MA	37,7	38,8	-	10,1	-	86,6	163.579,40	198	35.435
Total	37,7	38,8		10,1	0,0	86,6	163.579,40	198	35.435

Fonte: Supab/Gevap

A quantidade de produtos disponibilizada pela Conab para comercialização nas Centrais de Negócios depende do volume de estoques disponíveis. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 6,3% nas quantidades vendidas.

Figura XII – Evolução da Comercialização de Estoques Públicos pela Refap



Fonte: Supab/Gevap

4.2.3 – Doação de Produtos Alimentícios

a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS

A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR, MAB e MPA.

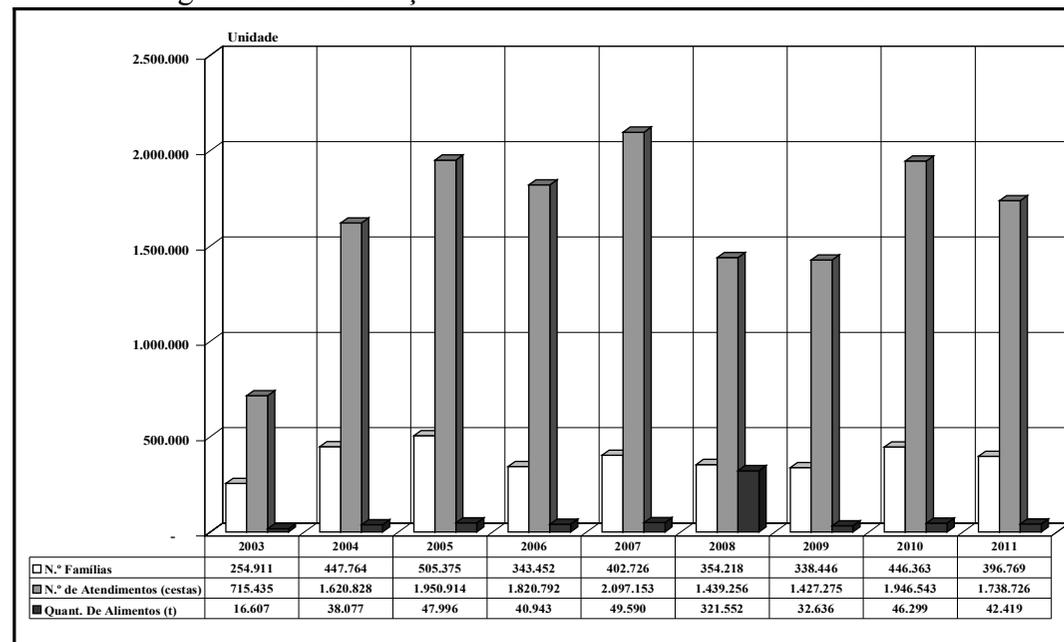
Em 2011, foram realizados 62.055 atendimentos a 17.667 famílias com distribuição de 1.550 toneladas de alimentos no estado do Maranhão.

Quadro V – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MDS

UF	Atendimentos Efetuados																				Total Geral			
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atendimentos Especiais			MAB			Índigenas			Pescadores Artesanais					
	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)
MA	8.492	26.996	667	4.125	20.347	509	1.000	4.000	100	-	-	9	-	-	-	2.950	7.412	185	1.100	3.300	80	17.667	62.055	1.550
Total	8.492	26.996	667	4.125	20.347	509	1.000	4.000	100	0	0	9	0	0	0	2.950	7.412	185	1.100	3.300	80	17.667	62.055	1.550

Fonte: Supab/Gepab

Figura XIII – Evolução do Número de Atendimentos-MDS



Fonte: Supab/Gepab

b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI

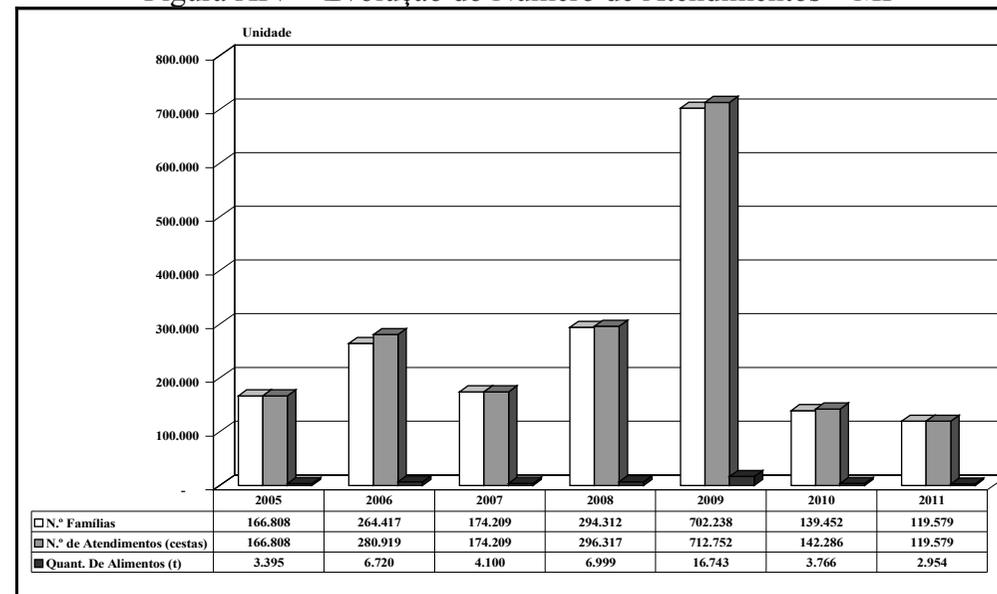
Em 2010 a Conab-MA, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu 49 toneladas de alimentos a 2.000 famílias

Quadro VI – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MI

UF	Atendimentos Efetuados												Total Geral		
	Emergência/Defesa Civil			Acampados			Quilombola			Atendimentos Especiais					
	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)
MA	2.000	2.000	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	49
Total	2.000	2.000	49	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.000	2.000	49

Fonte: Dupab/Gepab

Figura XIV – Evolução do Número de Atendimentos – MI



Fonte: Supab/Gepab

c) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outra instituições de interesse público, a Conab, em 2011, por meio da Superintendência do Maranhão, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, 56 toneladas de produtos alimentícios.

Quadro VII – Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios

UF	N. de Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																				Total						
		Açúcar		Arroz		Biscoitos e Rosquinhas	Conservas	Doce de Frutas	Farinha			Feijão	Flocos de Milho	Fubá de Milho	Iogurte	Leite		Macarrão	Mel	Milho	Óleo de Soja		Polpa de Frutas	Polvilho	Sementes	Suco de Fruta	Trigo em Grãos	
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Em casca				de Mandioca	de Milho	de Trigo					Em pó	Integral											
MA	4	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	9	-	-	27	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	56
Total	4	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	9	0	0	27	0	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0	56	

Fonte: Supab/Gepri

d) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pela populações em situação de insegurança alimentar, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos.

Durante o exercício foram distribuídas no estado do Maranhão 87 toneladas de feijão. Conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro VIII – Demonstrativo da Distribuição de Feijão

UF	Quantidade (t)	Participação (%)
MA	87	100,00
Total	87	100,00

Fonte: Supab/Gepri

4.2 – Principais Indicadores de Desempenho

Os indicadores da ação REFAP estão discriminados no item 5.3 do capítulo 5.

Quanto as outras ações ainda não há indicadores, mas a Conab Matriz está realizando estudos para a implantação de indicadores para a Promoção do Abastecimento no próximo exercício.

5 – Articulação e Organização do Abastecimento

Além das ações concretas materializadas por meio de remoções dos estoques públicos para comercialização em áreas carentes, das vendas realizadas por meio de leilões, com ou sem subvenção, das vendas em balcão e da concessão de subsídios para o escoamento da produção, a Conab desenvolve ações objetivando a melhoria e organização do abastecimento.

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte dos mercados passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

Além deste, e na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, foi criada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, ainda em fase de estruturação.

5.1 – Prohort

Não há ocorrência deste item na Sureg-MA.

5.2 – REFAP

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe à Conab:

- definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios,
- identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com elaboração de um cadastro técnico;
- formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;
- identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico requerido,
- gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito,
- formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,
- articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.

Os resultados esperados são:

- para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
- para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e
- para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

Desde a criação da Refap tem um total de 93 varejistas filiados e está com uma central de negócios em formação, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro IX – Demonstrativo de Varejistas Filiados à REFAP

UF	Varejistas Filiados		Centrais de Negócios	
	Adesões em 2011	Total	Formadas	Em formação
MA	0	93	0	1
Total	0	93	0	1

Fonte: Supag/Gevap

Em 2011, foi realizado o III Encontro Nacional da Refap, com o objetivo de nivelar e capacitar as equipes técnicas da Conab que atuam diretamente com a Rede. Durante o evento foram proferidas palestras com os seguintes temas: O Associativismo e o Pequeno Varejo Alimentar no Brasil, Tendências de Mercado no Associativismo, Desafios e Oportunidades de Centrais de Negócios, Casos de Sucesso em Centrais de Negócios e Superação de Dificuldades na Formação de Centrais de Negócios. Na oportunidade, foram realizadas 'salas de situações' quando foram discutidas, analisadas e

apresentadas sugestões objetivando o aprimoramento da metodologia de formação das redes e a necessidade de padronização das informações dos relatórios operacionais/gerenciais.

5.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Não houve a ocorrência da ação do PROHORT, logo não houve ocorrências de indicadores de desempenho.

Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP

Nome: Percentual de Unidades Varejistas Organizadas				
Descrição: Percentual de micro e pequenos varejistas organizados, para formação de centrais de negócios, em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = número de unidades varejistas organizadas e Y = número de unidades varejistas previstas				
Fonte: X Supab/Gevap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gevap				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				93,62
2010				2,50
2011	Meta:	100	Realizado	0,00
Análise: No ano de 2011, não houve execução de meta física, pois não ocorreu organização de micro e pequenos varejistas em redes varejistas.				
Nome: Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas				
Descrição: Percentual de gastos com ações de organização dos micro e pequenos varejistas na Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gevap				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				53,25
2010				68,47
2011	Meta:	100	Realizado	97,72
Análise: As despesas desta ação ocorreram, principalmente, com diárias, passagens e despesas de locomoção para o corpo funcional da Conab que atua no Programa.				

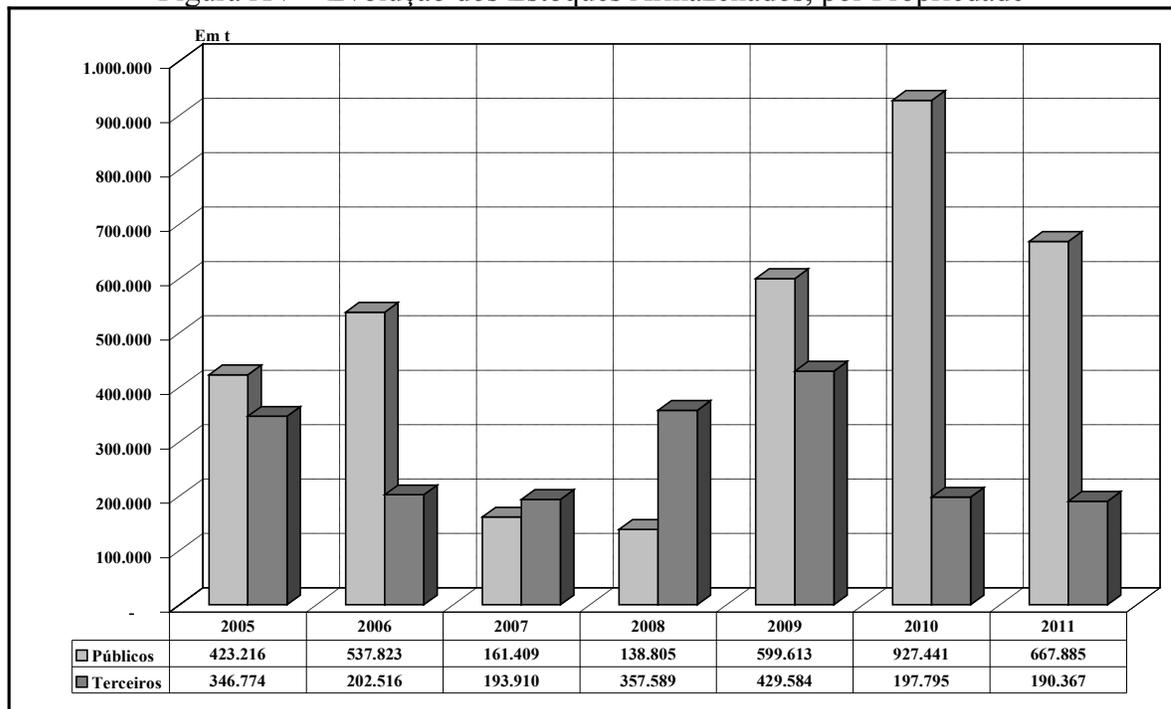
6 – Prestação de Serviços

6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A figura a seguir apresenta a evolução do estoque médio anual armazenado nas unidades próprias. Verifica-se que, à exceção dos exercícios de 2007 e de 2008, os estoques públicos superam os de terceiros.

Figura XV – Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade



Fonte: Suarm/Gearm

No fim do exercício estavam estocados nas unidades próprias da Conab 118.789 toneladas de produtos de terceiros, sendo que no Maranhão estavam armazenados 7.900.131 toneladas de produtos, conforme quadro abaixo.

Quadro X – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias da Sureg-MA

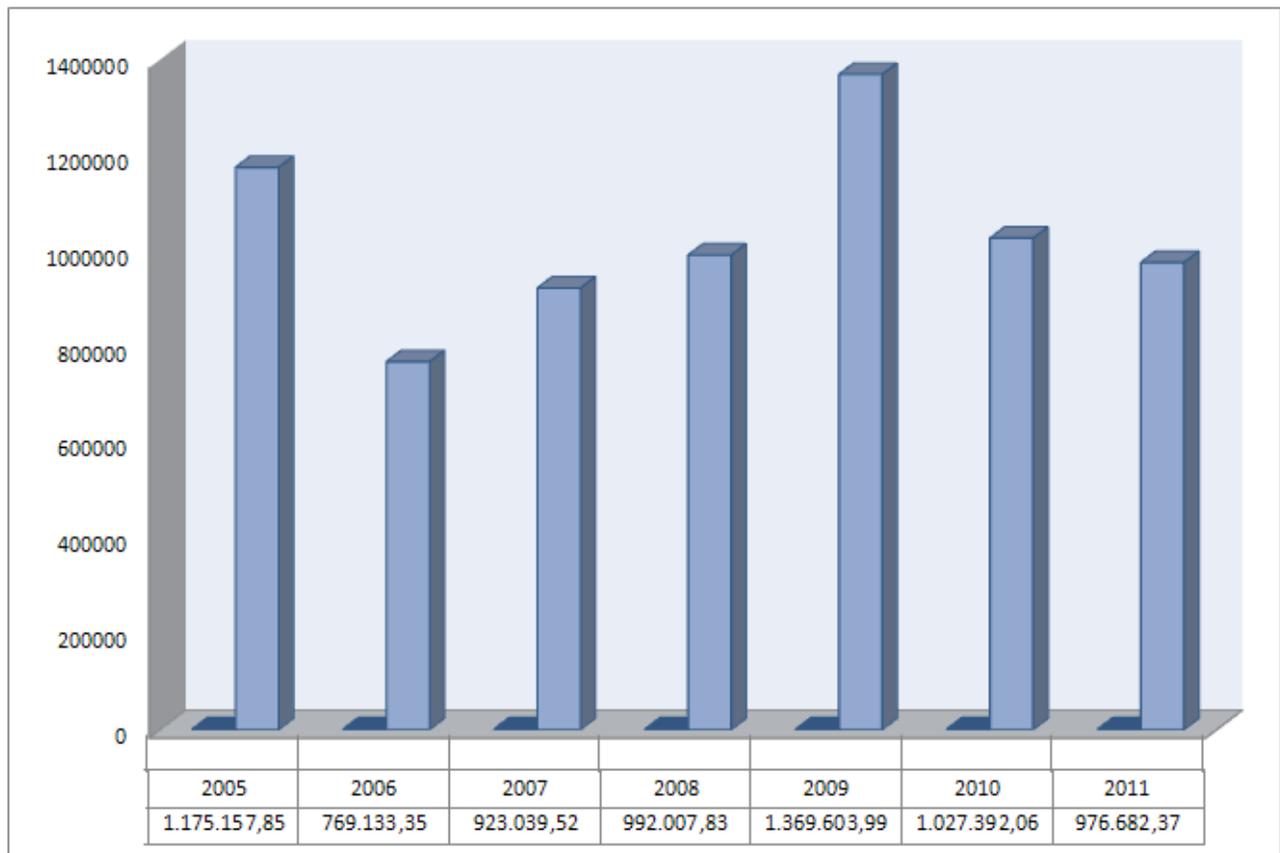
UF	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
MA	7.900.131	5.393.319,90
Total	7.900.131	5.393.319,90

Fonte: Suarm/Gearm

6.1.1 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

Em 2011, o faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R\$26.544.588,05, com incremento de 5,5% sobre a do exercício anterior. Já no estado do Maranhão o faturamento com armazenagem de terceiros ficou em torno de R\$ 976.682,37, caindo 5% em comparação com o ano anterior, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura XVI – Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros na Sureg-MA



Fonte: Suarm

6.1.2 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231- Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2011 o faturamento com os serviços de armazenagem de estoque de terceiros e receitas de vendas não foram suficientes para cobrir o resultado da Sureg-MA, que ficou deficitário em R\$ 2.906.160,44 apurado no fim do exercício.

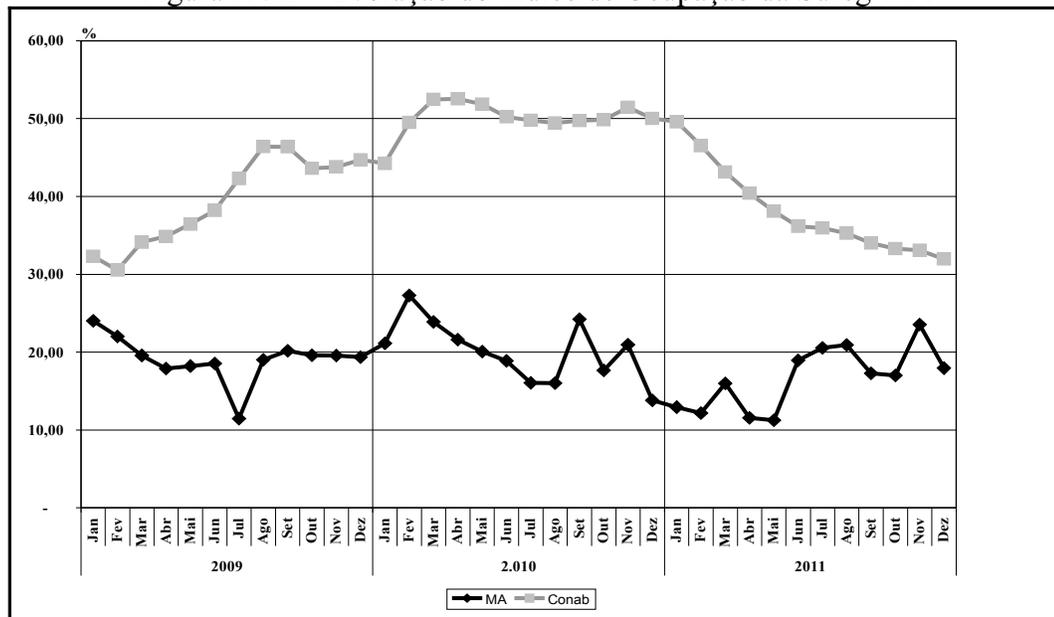
Quadro XI – Demonstrativo do Resultado do Exercício da Sureg-MA

Discriminação	Unidade					Total
	Sede	São Luís	Imperatriz	Balsas	Itaqui	
Receita de Vendas e Serviços	4.725,64	-	31.444,47	-	943.857,26	980.027,37
Receita de Vendas	3.345,00	-	-	-	-	3.345,00
Recebimento de Vendas em Balcão	1.440.082,41	-	-	-	-	1.440.082,41
Repasse de Vendas em Balcão	(1.440.082,41)	-	-	-	-	(1.440.082,41)
Recebimento da Agricultura Familiar	163.579,40	-	-	-	-	163.579,40
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	(163.579,40)	-	-	-	-	(163.579,40)
Vendas Abastecimento Social	3.345,00	-	-	-	-	3.345,00
Recebimento de Vendas do Funcafé	-	-	-	-	-	-
Repasse de Vendas do Funcafé	-	-	-	-	-	-
Vendas PGPM	-	-	-	-	-	-
Repasse de Vendas da PGPM	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	1.380,64	-	31.444,47	-	943.857,26	976.682,37
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	309,41	-	4.383,67	-	127.492,44	132.185,52
=Receita Líquida de Vendas e Serviços	4.416,23	-	27.060,80	-	816.364,82	847.841,85
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	-	-	-	-	-
=Lucro Bruto Operacional	4.416,23	-	27.060,80	-	816.364,82	847.841,85
-Despesas Operacionais	12.244.200,08	996.558,21	960.672,81	8.625,48	1.741.414,01	15.951.470,59
Despesas de Pessoal	8.127.785,29	679.108,20	333.171,90	-	1.192.919,79	10.332.985,18
Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	4.116.414,79	317.450,01	627.500,91	8.625,48	548.494,22	5.618.485,41
Receitas Operacionais Diversas	9.681.242,01	808.746,96	454.300,58	-	1.248.333,75	12.192.623,30
Resultado Não Operacional	-	-	4.845,00	-	-	4.845,00
Resultado	(2.558.541,84)	(187.811,25)	(474.466,43)	(8.625,48)	323.284,56	(2.906.160,44)

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício

Nas figuras a seguir apresentamos a evolução do Índice de Ocupação da rede própria da Sureg-MA. Em relação ao ano anterior verifica-se redução dos índices mensais em função da redução dos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho.

Figura XVII – Evolução do Índice de Ocupação da Sureg-MA



Fonte: Suarm/Gearm

Quadro XII – Estoques de Terceiros da Sureg-MA

UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
MA	Imperatriz	Milho	612.278	152.941,10
		Arroz	4.207.370	3.463.927,75
	Itaqui	Trigo	3.042.880	1.776.451,05
		Reserva de espaço	37.603	0,00
			7.900.131	5.393.319,90
Total Geral			7.900.131	5.393.319,90

Fonte: Suarm/Gearm

6.2 – Serviços de Leilões de Terceiros

Os leilões de terceiros são realizados apenas na Matriz, portanto não houve ocorrências de leilões na Sureg-MA.

6.3 – Serviços de Classificação de Produtos Agrícolas

No exercício anterior, não houve prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas da Conab-MA para terceiros. Os classificadores da empresa realizam apenas classificação nos produtos dos estoques da empresa.

6.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Ainda não há indicadores para este item, mas a Conab Matriz está realizando estudos para a implantação de indicadores para Sustentação de Renda no próximo exercício.

7 – Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação

7.1 – Rede Armazenadora Própria

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e e mecânicas).

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab Nacional estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades no país.

Neste cronograma, está previsto que o estado do Maranhão terá sua primeira Unidade Armazenadora, a Unidade de Imperatriz, adequada para certificação em 2013, enquanto as outras duas Unidades ficarão para o ano de 2014. Os custos para tal ação encontram – se detalhados no quadro a seguir.

Quadro XIII – Certificação da Unidades Armazenadoras Próprias Diagnóstico – Previsão 2013

IMPERATRIZ – MA		
Capacidade estática: 40.997	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Aeração		150.000,00
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		180.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		360.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		385.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)		60.000,00
TOTAL		1.228.000,00
ITAQUI – MA		
Capacidade estática: 18.000	Modalidade: Granel	Enquadramento: Terminal
Obras		Custos
Pavimentação		1.030.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
Sistema de captação de material particulado		165.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		1.333.000,00
SÃO LUÍS (TIRIRICAL) – MA		
Capacidade estática: 4.500	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		620.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		723.000,00

7.1.1 Estoques Depositados nas Unidades Próprias

No fim do exercício, os estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras próprias somavam 10.787.628 toneladas e 135.870 unidades de diversos produtos (sacaria e saco plástico) totalizando o valor de R\$ 8.872.986,26. O quadro detalhado por tipo de produto encontra-se abaixo.

Quadro XIV – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias Produtos Agropecuários

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
MA	Próprio	Público	Açúcar	160.977	331.012,25
			Arroz	307.550	344.354,13
			Farinha	49.700	44.625,63
			Feijão	154.150	212.088,64
			Flocos de milho	77.808	99.233,34
			Leite	30.088	239.199,60
			Milho	2.356.342	1.591.787,85
			Óleo de soja	151.480	423.202,58
			Outros	75.810	134.015,02
			Arroz	4.207.370	3.463.927,75
			Trigo	3.042.880	1.776.451,05
			Reserva de espaço	37.603	0,00

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

Quadro XV – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias Outros Produtos

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
MA	Próprio	Público	Sacaria	134.870	212.544,92
	Próprio	Público	Saco plástico	1.000	543,50
Subtotal				135.870	213.088,42

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

7.1.2 Estoques Depositados nas Unidades de Terceiros

No estado do Maranhão não houve ocorrência de estoques públicos depositados em armazéns de terceiros.

7.1.3 – Capacidade Estática de Armazenagem Nacional

O Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e a qualificação, ou seja, os equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

No fim do exercício estavam cadastrados, 148 armazéns, com capacidade estática cadastrada total de 1.785.482 toneladas, conforme detalhado no próximo quadro.

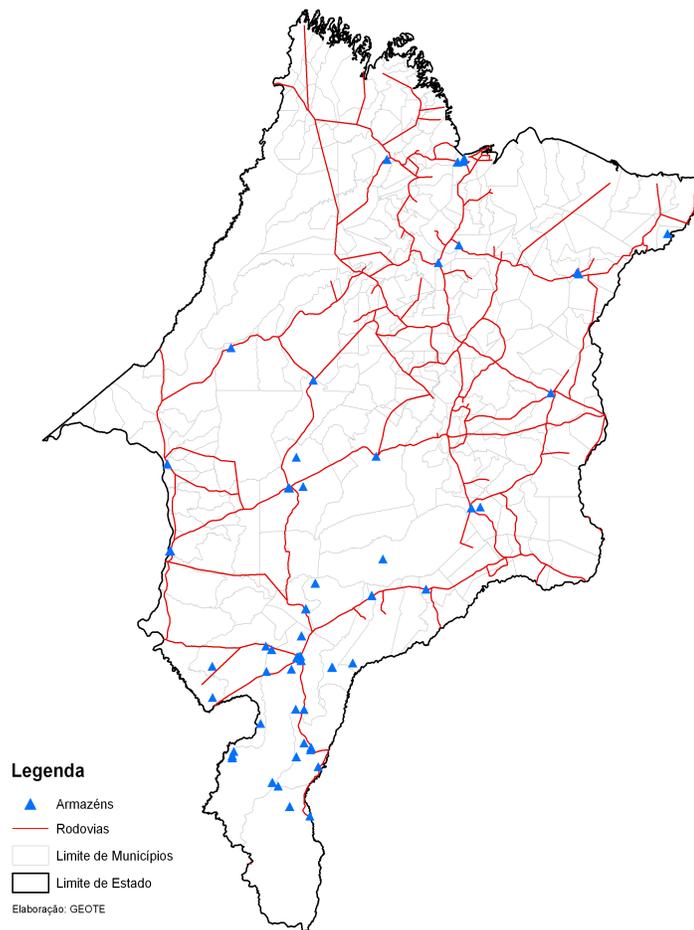
Quadro XVI – Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem

UF	N.º de Armazéns	Capacidade Estática (Em t)						
		Cadastrada			Credenciada		Impedida/Descredenciada/Sem Contrata de Depósito	
		Convencional	Granel	Total	N.º de Armazéns	Capacidade	N.º de Armazéns	Capacidade
MA	148	135.261	1.650.221	1.785.482	8	63.496	140	1.721.986
Total	148	135.261	1.650.221	1.785.482	8	63.496	140	1.721.986

Fonte: Suarm/Gecad

A figura a seguir apresenta a forte concentração de armazéns na parte sul do estado, região onde o agronegócio é muito forte.

Figura XVIII – Rede Armazenadora Instalada no Maranhão



Quanto à localização das unidades armazenadoras, verifica-se a predominância na zona rural. A guarda dos produtos nos locais de produção é prática de suma importância tanto como complemento da rede armazenadora urbana quanto para minimizar perdas quantitativas e qualitativas a que estão sujeitas os produtos colhidos, além disto possibilita economia na remoção de produtos, com deslocamento em períodos de entressafra quando o valor dos fretes são menores. Não poder estocar em

casa, em regra, traduz-se em perda de competitividade. Os armazéns localizados na fazenda correspondem a 36% do total.

O quadro abaixo detalha a localização dos armazéns no estado.

Quadro XVII – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Localização

UF	Localização				Total
	Fazenda	Portuário	Zona Urbana	Zona Rural	
MA	644.639	211.249	297.026	632.568	1.785.482
Total	644.639	211.249	297.026	632.568	1.785.482

Fonte: Suarm/Gecad

O atendimento aos produtores rurais se torna mais restrito quando se observa a propriedade e a possibilidade de acesso à capacidade estática. Do total de 1.785.482 toneladas, só 446.522 encontram-se em nível de produtor. O restante da capacidade estática instalada é de propriedade de cooperativas, restrita aos cooperados, ou de empresas armazenistas. O governo federal (Conab-MA) possui apenas 3,55% da capacidade estática total (63.497 toneladas).

Quanto à possibilidade de acesso verifica-se que apenas 6,56% da capacidade estática é de uso público, sendo o restante de uso exclusivo dos proprietários.

Quadro XVIII – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Entidade

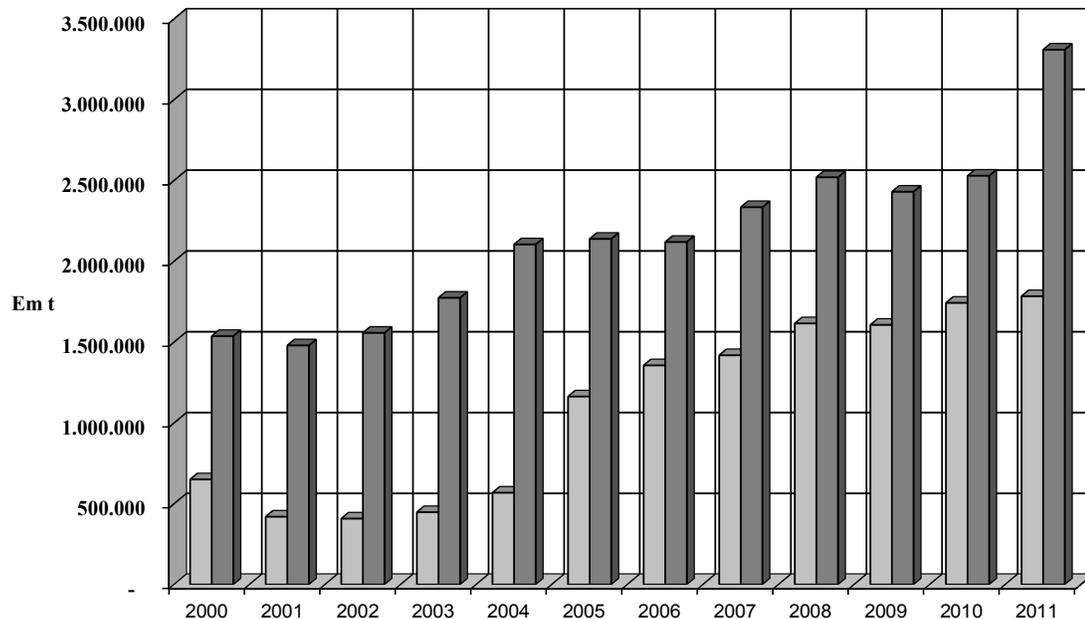
Em t

UF	Entidade			Utilização	
	Cooperativa	Oficial	Privado	Pública	Privada
MA	-	63.496	1.721.986	288.379	1.497.103
Total	-	63.496	1.721.986	288.379	1.497.103

Fonte: Suarm/Gecad

No Maranhão, a capacidade estática de armazenagem é inferior à produção, são 1.785.482 de toneladas estáticas ante uma produção de 3.384,3 toneladas de grãos produzidas na safra 2010/2011. Considerando-se a recomendação da FAO para que a capacidade estática de armazenagem de um país seja igual a 1,2 vezes sua produção agrícola anual, o nível indicado para o estado seria de cerca de 4.061 milhões de toneladas.

Figura XIX – Evolução da Capacidade Estática x Produção Agrícola



Fonte: Suarm/Gecad

7.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador tem como objetivo treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado. Logo este item não teve ocorrência na Sureg-MA.

7.2 – Atividade de Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. A Conab-MA conta com 10 empregados treinados para fiscalizarem estoques públicos.

7.2.1 – Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2011 foram fiscalizados, em 22 vistorias, 10.754 quilos de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias.

Quadro XIX – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	9.377	9.221	2.964	2.836
Contrato de Opção	-	-	0	0
Agricultura Familiar	242	194	605	562
Fome Zero	889	889	708	708
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	-	-	6.648	6.648
Total	10.508	10.304	10.925	10.754

Fonte: Sufis/Gefis

Quadro XX – Demonstrativo dos Números de Fiscalização dos Estoques

Discriminação	Exercício			
	2008	2009	2010	2011
Vendas em Balcão	-	-	16	19
AGF	-	-	-	0
PEPRO	3	1	13	3
PEP	-	-	-	0
VEP	-	-	-	0
PROP	-	-	-	0
Propostas de Seguro Rural	1	9	5	-
Subvenção aos Extrativistas	-	-	36	0
Total	4	10	70	22

Fonte: Gevep

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 2% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais. Verificou-se também queda nos números de fiscalizações, pois no ano passado houve contenção de despesas com diárias no Governo Federal.

Nas operações realizadas não foram registradas perdas qualitativas, só perdas quantitativas – perdas em armazenagem (137 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do

tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs à Matriz.

Quadro XXI – Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos

Sureg	Produto	Perdas (Em t)				Total	
		Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		P. Qualitativas	P. Quantitativas
		AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem		
MA	Arroz	-	-	-	16	-	16
	Milho	-	-	-	121	-	121

Fonte: Sufis/Gefi

7.2.2– Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2011 foram realizadas 22 fiscalizações em estoques públicos e 10 fiscalizações nos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Venda em Balcão e Subvenção aos Extrativistas, totalizando 32 fiscalizações.

7.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 19 irregularidades nos armazéns vistoriados no estado.

Quadro XXII – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras

IRREGULARIDADES/ETAPAS	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	TOTAL ANO
DETERMINADOR UMIDADE AF. VENCIDA				2						2
FALTA CORRIMÃO				1						1
EMPOÇAMENTO DE ÁGUA NO PÁTIO				1						1
TERMOMETRIA COM AVARIA				2						2
RACHADURAS NAS OAREDES				1						1
BALANÇA AFERIÇÃO VENCIDA				1						1
FALTA TELA CONTRA PÁSSAROS				1						1
PÁSSAROS NO INTERIOR DO ARMAZÉM				1						1
AERAÇÃO NÃ FUNCIONA				1						1
GOTEIRAS				1						1
FALTA GUARDA CORPO				1						1
PASSARELA EM MÁS CONDIÇÕES				1						1
FALTA PLATAFORMA DE DESCANSO				1						1
PORTA DO ARMAZÉM NÃ FUNCIONA				1						1
PISO DANIFICADO				1						1
ANIMAIS NO PÁTIO				1						1
RUAS INTERNA ESTREITAS/OBSTRUÍDAS				1						1

Fonte: Gefis/Sufis

7.2.4 – Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos

Durante o exercício, não houve ocorrências de emissão de cobrança referente a desvios.

7.2.5 – Atividade de Movimentação de Estoques

Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

- para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- atendimento de determinação judicial;
- rescisão do Contrato de Depósito;
- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- risco iminente de perda quantificável do produto, constatado pela fiscalização da Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;
- constatação de desvio parcial do produto;
- realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- descredenciamento do armazém;
- pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros.

a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM

Como motivo gerador das remoções de outros estados ao Maranhão destacou-se o atendimento ao Programa Vendas em Balcão, as demais foram para atendimento às solicitações do MDS e da Defesa Civil

Quadro XXIII – Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF		Produto	Motivo	Valores (Em R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditivada	A Remover
MT	MA	Milho	Vendas em balcão	1.580.265,93	1.171.128,35	3.908.834	3.908.834	-	-	-
Subtotal				1.580.265,93	1.171.128,35	3.908.834,00	3.908.834,00	-	-	-
Total Geral				1.580.265,93	1.171.128,35	3.908.834,00	3.908.834	0	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

O milho em grãos removido para o Maranhão foi com o objetivo de dar continuidade de atendimento a pequenos produtores a Sureg-MA solicitou a remoção de 5.500 toneladas de milho, tendo sido contratada a remoção de 3.909 toneladas oriundas do Estado do Mato Grosso, totalmente removidas durante o exercício (conforme quadro acima).

b) Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 1.368.540 toneladas de cestas de alimentos, ou de produtos alimentícios, para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos polos de compra, mas foram removidos 462.120 quilos conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XXIV – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS para o Maranhão

UF		Valores (R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
PR	MA	54.508,02	54.508,02	155.000	-	-	-	155.000
Subtotal		54.508,02	54.508,02	155.000	-	-	-	155.000
RS	MA	530.439,91	530.439,91	1.200.660	449.240	-	-	751.420
Subtotal		530.439,91	530.439,91	1.200.660	449.240	-	-	751.420
TO	MA	984,95	984,95	12.880	12.880	-	-	-
Subtotal		984,95	984,95	12.880	12.880	-	-	-
Tota Geral		585.932,88	585.932,88	1.368.540,00	462.120,00	-	-	906.420,00

Fonte: Suarm/Gemov

c) Remoção de Produtos do MDA

Em 2011 não houve ocorrências de remoções de produtos do MDA para o estado do Maranhão.

d) Remoção de Produtos do MPA

Em 2011 não houve ocorrências de remoções de produtos do MPA para o estado do Maranhão

7.3 – Análise de Movimentação dos Estoques Públicos

Para a realização das diversas atividades correlatas ao estoques públicos foi consignado, para a Sureg-MA, R\$ 1.569.135,97

O detalhamento da execução orçamentária está descrito abaixo:

Quadro XXV – Despesas executadas PGPM

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-MA	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	21.226,13	1,58
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	0,00	0,00
Embalagens	5.342.883,52	140.870,40	2,64
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	0,00	0,00
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	0,00	0,00
ICMS	47.485.159,88	59.339,49	0,12
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	1.347.699,95	2,51
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	1.569.135,97	0,17

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

O Maranhão se caracteriza como sendo um estado importador de alimentos e isto inviabiliza as aquisições de produtos amparados da pauta de preços mínimos. Entretanto, a Sureg-MA recebe produtos originários da PGPM para desenvolver ações relacionadas ao Programa de Vendas em Balcão e recebe também outros gêneros alimentícios para compor cestas básicas.

A Sure-MA adquiriu 110.000 sacarias para a PGPM (quadro abaixo):

Quadro XXVI – Aquisição de produtos para a Formação de Estoques Públicos – PGPM

Ano	Produto	Quantidade (Em t)		
		AGF	Contrato de Opção	Total
2011	Sacaria	110.000	0	110.000

Fonte: Suope/Gefoc

7.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Ação (2829) – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				200,00
2008				75,00
2009				100,00
2010				150,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	66,67
<p>Análise: A rede de unidades armazenadoras próprias sob a jurisdição da Sureg-MA são destinadas a prestar ao público em geral, serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa. Devido a isso a Companhia está constantemente investindo na melhoria da sua rede armazenadora. Quanto ao percentual de Recuperação da Rede Própria de Armazéns verifica-se que, em 2011, houve um decréscimo em relação ao percentual De 2010, visto que restaram alguns pagamentos em restos a pagar não processados para 2012. Os indicadores utilizados no acompanhamento e na avaliação desta Ação apresentaram comportamento esperado.</p>				
Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				96,42
2008				91,84
2009				90,18
2010				93,11
2011	Meta:	100,00	Realizado	9,56
<p>Análise: O decréscimo neste percentual foi acentuado, se comparado ao ano de 2010, devido a alguns pagamentos terem sido inscritos em Restos a Pagar não processados (para ser pago em 2012).</p>				

Formação dos Estoques Públicos

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$			
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto			
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sugof			
Resultados:			
2007			-
2008			-
2009			-
2010			-
2011	Meta:	-	Resultado:
Análise: Não houve estabelecimento de meta para a Sureg-MA			

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$			
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sugof			
Resultados:			
2007			0,00
2008			15,17
2009			42,22
2010			63,25
2011	Meta:	-	Resultado:
Análise: Foram gastos 78,46% do total disponibilizado para a Sureg-MA, logo o percentual ficou dentro do esperado, visto que o ano de 2011 foi um ano de conteção de gastos do Governo Federal.			78,46

8 – Gestão Tecnológica

8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação

Não houve ocorrência na Sureg-MA, visto que o Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

A Gestão da Tecnologia da Informação da Conab é centralizada na Matriz, logo as Superintendências Regionais não tem autonomia sobre o planejamento da Gestão Tecnológica, sendo apenas executoras das atividades e ações.

9 – Gestão Estratégica

A exemplo do Planejamento Estratégico, a Gestão estratégica da Companhia também é centralizada na Matriz, ficando a cargo das Sureg's a execução das ações apenas. Logo, não houve ocorrência deste item na Sureg-MA.

10 – Geração e Difusão de Informações

10.1 – Levantamento de Safras

a) Levantamento da Safra de Grãos

Quadro XXVII – Dotação orçamentária para a ação (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MA	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	60.000,00	6,00
Execução Orçamentária	794.110,27	48.305,29	6,08
Índice	79,41	80,51	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	12	100,00
Execução Física	12	12	100,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

As informações e o conhecimento disponibilizados pela Companhia contribuem para o desenvolvimento da sociedade e são essenciais para a formulação de políticas públicas, para a regulação da oferta de alimentos e para a organização da comercialização agrícola, além de oferecer meios para a garantia de renda do produtor.

Visando atender ao seu público alvo e à sociedade, a Conab elabora e disponibiliza informações da agropecuária e do abastecimento e Levantamentos de Safras das principais culturas do país.

O modelo de coleta de dados para acompanhamento e avaliação de safras vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, ob-

tido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos). Após a coleta e consolidação dos dados pela Conab Nacional, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

Cabe a Regionais a execução da referida ação e a Matriz a consolidação dos dados e posterior divulgação.

Para a Sureg-MA foram disponibilizados para a execução da ação o valor de R\$ 60.000,00, sendo executados 48.305,29 (80,51% do total). A meta física de 12 pesquisas foi completa na sua totalidade.

No o estado do Maranhão, no comparativo entre as safras 2010/2011 e 2011/2012, houve um aumento de 9,2% da área plantada e um aumento de 2,3% na produção, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro XXVIII – Comparativos das safras 2010/2011 e 2011/2012

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	18,1	18,5	2,2	0,4	43,4	42,6	-1,8	-0,8
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	469,7	469,7	0,0	0,0	734,6	644,9	-12,2	-89,7
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	99,9	82,9	-17,0	-17,0	51,1	37,5	-26,6	-13,6
Feijão 1ª safra	56,6	39,6	-30,0	-17,0	33,4	15,8	-52,7	-17,6
Feijão 2ª safra	43,3	43,3	0,0	0,0	17,7	21,7	22,6	4,0
Feijão 3ª safra								
Grassol								
Mamona								
Milho total	477,6	592,2	24,0	114,6	879,7	977,1	11,1	97,4
Milho 1ª safra	477,6	592,2	24,0	114,6	879,7	977,1	11,1	97,4
Milho 2ª safra								
Soja	518,2	566,4	9,3	48,2	1.599,7	1.682,2	5,2	82,5
Sorgo								
Trigo								
Triticale								
Total MA	1.583,5	1.729,7	9,2	146,2	3.308,5	3.384,3	2,3	75,8

Fonte: Sufin/Geasa

b) Levantamento da Safra de Cana de açúcar

A Conab, em cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, realiza 4 pesquisas durante o ano, sendo todas em campo. Nos levantamentos, a Conab visita todas as unidades de produção sucroalcooleira com produção efetiva do estado.

Nesta safra, mesmo com a diminuição de área (em 6,01%), a produção de cana aumentou em 0,96% em comparação com a safra passada (conforme quadro abaixo).

Quadro XXIX – Demonstrativo da Área Cultivada e Produção de Cana de Açúcar

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 2010/11	Safra 2011/12	Var. (%)	Safra 2010/11	Safra 2011/12	Var. (%)
MA	42,100	39,570	-6,01	2.327,5	2.349,8	0,96
Brasil	42,100	39,570	-6,01	2.327,5	2.349,8	0,96

10.2 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos

A Conab tem conhecimento e experiência acumulada (desde 1976) na elaboração de custo de produção agrícola e a sua metodologia tem sido observada por entidades estatais e não estatais para estudos e fonte de informação para tomada de decisão administrativas, econômicas, financeiras e operacionais.

Os dados para elaboração dos custos de Produção são tabulados e centralizados na nossa Matriz. Logo, não há ocorrência deste item na Sureg-MA.

10.3 – Principais Indicadores

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras			
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Igual ou superior a 100%			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$			
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas			
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geasa			
Resultados:			
2007			160,00
2008			100,00
2009			100,00
2010			100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado
			100,00
Análise: O indicador de desempenho para esta ação, no exercício anterior, comportou-se dentro do estimado.			

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				95,60
2008				64,08
2009				80,50
2010				94,73
2011	Meta:	100,00	Realizado	80,51
Análise: O indicador comportou-se dentro do esperado, com a execução de 80,51% da dotação. Lembramos que no ano de 2011 houve contenção de gastos por parte do Governo Federal.				

11 – Gestão de Pessoas

11.1 – Alocação de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados em todo território nacional. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, são necessários remanejamentos, que só ocorreram nos cargos de gratificação.

11.2 – Comunicação Interna

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

11.3 – Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, em todo o país, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim té o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

11.4 – Capacitação de Pessoal

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteada pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab Nacional realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz, Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78.

Cabe as Superintendências Regionais informar suas necessidades de treinamentos para a Matriz, que centraliza essas informações.

a) Quanto ao número de treinandos

O quadro a seguir apresenta as áreas de conhecimento que tiveram maior treinamentos, além do número de treinados e média de carga horária no estado do Maranhão.

Quadro XXX – Treinamento, por Área de Conhecimento na Sureg-MA

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	14	608	43,43
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	3	485	161,67
Financeira	0	0	-
Gerencial	0	0	-
Informática	0	0	-
Jurídica	1	12	12
Operacional	4	96	24
Planejamento	7	220	31,43
Qualidade	0	0	-
Total	29	1.421	49

Fonte: Gecap

Em comparação com 2010, houve decréscimo de 57 para 29 funcionários treinados. Déficit de 49%. Já em homens/hora treinados a queda, em comparação com 2010, foi de 13%. Essa queda ocorreu devido a contenção de despesas com diárias e passagens no Governo Federal, pois os treinamentos são centralizados no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Conab(localizado em Brasília).

b) Resultados Alcançados

Os resultados alcançados com os treinamentos são tabulados por nossa Matriz e envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia. A metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitaram a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011.

A tabulação das avaliações confeccionadas pela Matriz não está rateada por estado, ou seja, foram realizadas levando-se em consideração as respostas gerais dos treinandos.

1 – Palestras

A maioria das palestras são realizadas em Brasília, logo os resultados das palestras ficam centralizados na Matriz, e não nas Regionais.

A tabulação sobre as avaliações das palestras realizadas não está rateada por estado, ou seja, foram realizadas levando-se em consideração os dados gerais do público-alvo.

2 – Treinamentos

Assim como as palestras, os treinamentos são realizadas em Brasília, logo os resultados das palestras ficam centralizados na Matriz, e não nas Regionais.

3 – Da aprendizagem obtida

As metas de incremento de aprendizagem são centralizadas na Matriz, portanto a Conab-MA não tem tabulação de metas para aprendizagem obtida.

11.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab Nacional para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a receber os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

A Sureg-MA conta atualmente com 126 funcionários em todo o estado, conforme quadro abaixo.

Quadro XXXI – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

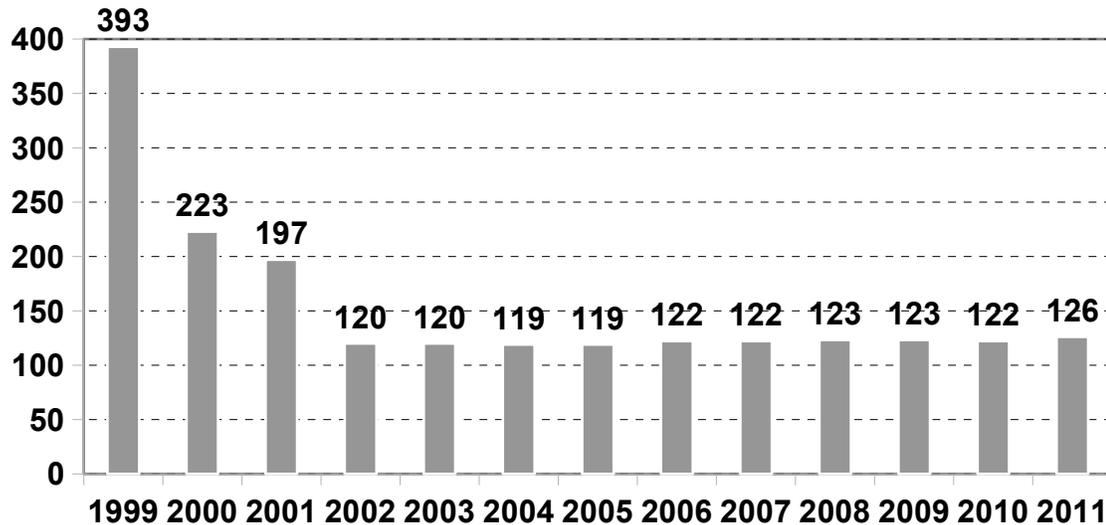
Discriminação	Quantidade de Empregados		
	MA		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	110	112	2
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	2	1	(1)
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	9	13	4
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	0	0	-
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	1	0	(1)
Contrato suspenso / licença particular	0	0	-
Pensão Vitalícia	0	0	-

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2011 um pequeno crescimento, que

se deu em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

Figura XX – Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de empregados, 88 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 70% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro XXXII - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011

Discriminação	Quantidade de Empregados		Variação
	Matriz		
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	34	34	-
Reintegrado (Transitado)	29	29	-
Reintegrado Liminar	0	0	-
Anistiado (Transitado)	58	58	-
Anistiado (Liminar)	0	0	-
Anistiado (Lei 8878/94)	1	5	4
Total	122	126	4

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 17% do total da força de trabalho. Enquanto os de nível médio representam 19% e os de nível auxiliar é 67% da força de trabalho no Maranhão.

Quadro XXXIII – Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	13	10	11	0	34
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	21	7	1	0	29
Reintegração judicial (liminar)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	47	7	4	0	58
Readmissão-Anistia (liminar)	0	0	0	0	0
Anistiado (Lei 8.878/94)	4	1	0	0	5
Total	85	25	16	0	126

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 28 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

Quadro XXXIV – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	11	14	68	19	0	0	0	0	112
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira			9	11	59	18					97
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			2	3	9	1					15
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	1	4	8	1	0	0	0	14
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas				1	4	8	1				14
3. Total	0	0	11	15	72	27	1	0	0	0	126

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro total, cerca de 11% encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXV – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	13
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	13
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
2. Licença Remunerada (2.1+2.2)	0
2.1 Licença Maternidade	0
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)	1
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	1
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	0
4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro	14

Fonte: Dipai/Sutin

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens com 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. No início do exercício havia 3 empregados aposentados que mantinham contrato de trabalho com a Conab.

Quadro XXXVI – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa									Total	Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	>40		
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
31 a 35	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	6,45
36 a 40	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6,45
41 a 45	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	3,23
46 a 50	1	0	12	1	2	3	2	0	0	21	67,74
51 a 55	2	0	19	0	1	13	11	0	0	46	148,39
56 a 60	1	0	13	0	0	7	8	2	0	31	100,00
61 a 65	0	1	10	0	0	3	4	0	0	18	58,06
66 a 70	0	0	3	0	0	1	1	0	0	5	16,13
Mais de 70	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Total	6	4	57	1	3	27	26	2	0	126	-

Fonte: Dipai/Sutin

11.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício não ocorreram admissões ou demissões de empregados, apenas o retorno de 1 (um) funcionário anistiado. Além disso foi recebido em transferências de outra Regional 1(um) funcionário.

11.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

11.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal

Está prevista para 2012 a realização de concurso público para preenchimento de 155 vagas de analistas de nível superior, na Matriz, e a criação de cadastro reserva para reposição futura quando da abertura de novas vagas. Dessa quantidade, 60 vagas estão reservadas para a área de informática, em substituição à mão de obra até então contratada via PNUD. Não está previsto vagas para a Sureg-MA.

11.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados a Regional contava com 13 estagiários de nível superior e 1 de nível médio, com custo anual de R\$105.800,90 (salário mais auxílio transporte).

Quadro XXXVII – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2011	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	13	13	11	12	14	13	105.800,90
Área Fim	7	7	7	7			
Área Meio	6	6	4	5			
Nível Médio	1	1	1	1			
Área Fim	1	1	1	1			
Área Meio	-	-	-	-			
Total	14	14	12	13	14	13	105.800,90

Fonte: Sureh/Gepes

11.5.5 – Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Sureg foi de R\$ 10.332.985,18, e com crescimento de 15% sobre o valor de 2010.

Quadro XXXVIII – Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

Detalhamento da Despesa	Exercício		
	2009	2010	2011
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	4.686.131,02	5.734.513,66	6.549.740,84
331901104 ADICIONAL NOTURNO	0	2.918,43	1.965,33
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	2.708.074,94	3.247.879,76	3.625.624,56
331901105 INCORPORACOES	85.658,94	181.503,50	148.378,47
331901104 ADICIONAL NOTURNO	2.708,43	0	0
331901109 ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	57.606,36	66.245,12	79.601,48
331901131 GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGOS	120.000,00	1.000,00	0
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	417.844,11	492.429,56	588.338,97
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	469.515,54	560.869,73	662.827,60
331901143 13 SALARIO	509.194,77	664.463,62	736.924,03
331901144 FERIAS - ABONO PECUNARIO	133.679,65	151.746,19	160.652,23
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	115.554,69	137.017,86	152.639,60
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	154.813,92	170.531,25	214.685,31
331901147 LICENCA-PREMIO	51.851,37	205.305,94	170.427,92
523170203 CREDITOS P/ACERTO FINANC./EX-SERVIDORES	153.474,09	164.537,20	269.914,73
623170203 (-)CREDITOS P/ACERTO FINANC./EX-SERVIDORES	-255.416,02	-313.456,79	-223.865,51
523310701 PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	328.375,12	391.895,14	443.416,21
623310701 (-)PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-328.375,12	-391.895,14	-443.416,21
523310702 PROVISAO PARA FERIAS	610.173,67	742.203,74	820.255,06
623310702 (-)PROVISAO PARA FERIAS	-595.749,93	-616.313,92	-739.279,46
523170502 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - NAO FINANCEIROS	314.876,25	332.224,66	432.800,31
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-367.729,76	-456.592,19	-552.149,79
OBRIGACOES PATRONAIS	1.705.421,15	2.086.920,09	2.470.017,19
331901301 F.G.T.S.	402.192,05	396.780,23	570.078,05
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	121.022,56	142.424,47	158.288,34
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOES	286.720,43	409.102,06	457.372,28
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOES	-281.700,95	-350.758,12	-426.913,13
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	1.128.477,65	1.327.611,38	1.475.688,09
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	48.709,41	161.760,07	235.503,56
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	353.315,83	405.423,02	403.419,97
331909401 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRAB.-ATIVO CIVIL	0,00	8.137,43	30.096,16
331901632 SUBSTITUICOES	26.210,85	32.185,99	33.122,13
331909201 DESP.EXERCICIOS ANTERIORES-ATIVO CIVIL	272,10	3.026,13	11.304,42
331909201 DESP.EXERCICIOS ANTERIORES-ATIVO CIVIL	0,00	0,00	742,57
331901644 SERVICOS EXTRAORDINARIOS	86.958,04	85.169,42	84.782,34
333904901 INDENIZACAO AUXILIO-TRANSPORTE	80.344,84	85.465,95	82.373,80
331900801 AUXILIO FUNERAL A TIVO CIVIL	3.350,00	11.155,50	14.874,00
333900850 AUXILIO ESCOLA-AACORDO COLETIVO	23.180,00	29.500,00	31.000,00
333900849 AUXILIO DEFICIENTE - AACORDO COLETIVO	57.120,00	73.012,60	70.990,95
333900855 AUXILIO CRECHE	75.880,00	77.770,00	44.133,60
SENTENCAS JUDICIARIAS E DEP.COMPULSORIOS	419.222,70	549.053,65	909.807,18
331909101 PRECATORIOS - ATIVO CIVIL	76.046,12	114.513,00	0,00
331909132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-ATIVO CIVIL	291.280,62	368.550,58	766.253,17
331906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	152.358,86	345.001,64	318.661,70
333906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	0,00	0,00	0,00
331919132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CART.UNICO-ATIVO CIVIL	37.024,82	61.131,70	70.671,84
523170602 RECURSOS VINCULADOS	9.249,24	4.858,37	76.367,27

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

11.5.6 – Mão de Obra Terceirizada

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2011.

Quadro XXXIX – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Sureg-MA													
UG/Gestão: Sede e Unidades							CNPJ: 26.461.699/0101 – 43						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	-	11.029.232/0001-99	01/09/11	31/01/12	-	-	28	28	-	-	A
2008	L	O	-	07.990.439/0001-58	20/04/10	21/04/11	03	03	-	-	-	-	P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Gefad / Seade

Quadro XL – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Surg-MA													
UG/Gestão: Sede e Unidades							CNPJ: 26.461.699/0001 – 43						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	7	O	-	09.259.198/0001-05	20/04/10	21/04/12	-	-	05	05	-	-	A
2008	3	O	-	07.990.439/0001-58	20/04/10	21/04/11	01	01	-	-	-	-	P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Gefad / Seade

11.6 – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

A Administração, bem como toda a centralização dos dados sobre o CIBRIUS fica a cargo da Conab-Matriz (Brasília). Logo, não houve ocorrência deste item na Sureg-MA.

12 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

12.1 – Execução Orçamentária

Quadro XLI - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	34.970,38	8.460,00	34.970,38	8.460,00
Tomada de Preços	0,00	286.974,70	0,00	286.974,70
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	4.124.574,76	4.964.731,67	4.124.574,76	4.964.731,67
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	11.050.250,35	19.751.162,70	11.050.250,35	19.751.162,70
Inexigibilidade	999.812,44	949.046,85	999.812,44	949.046,85
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	19.748,58	14.619,70	19.748,58	14.619,70
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	3.340.707,43	318.661,70	3.340.707,43	318.661,70
Diárias	468.892,80	294.107,00	468.892,80	294.107,00
Não se Aplica	1.225.129,41	743.835,26	1.225.129,41	743.835,26

Fonte: Siafi

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$19.751.162,70. Destacam-se as despesas referentes a formação e manutenção dos estoques públicos, principalmente os adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Neste Programa as aquisições de produtos agropecuários são realizadas por Dispensa de Licitação em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011.

Em Inexigibilidades estão agrupados principalmente os pagamentos referentes a assistência médica e odontológicas aos empregados e dependentes e aquelas referentes à realização dos exames médicos periódicos obrigatórios.

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a movimentação é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

No quadro abaixo observamos como se desenvolveu a movimentação orçamentária e as despesas por grupo e elemento de despesa no exercício de 2011 na Sureg-MA.

Quadro XLII – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total		
				1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras			
Movimentação Interna	Recebido	135100	135170	08.244.1049.2792.0001	0,00	-1.230,00	0,00	0,00	-1.230,00	
		135100	135170	20.122.0352.2272.0001	3.009.788,09	0,00	0,00	0,00	3.009.788,09	
		135100	135170	20.122.0352.2272.0001	0,00	2.779.241,62	9.777,00	0,00	2.789.018,62	
		135100	135170	20.122.0352.2829.0001	0,00	10.582,46	5.151,63	0,00	15.734,09	
		135100	135170	20.122.1492.2272.0001	0,00	7.890,00	0,00	0,00	7.890,00	
		135100	135170	20.125.0352.2137.0001	0,00	21.860,91	0,00	0,00	21.860,91	
		135100	135170	20.128.0360.4572.0001	0,00	30.463,74	0,00	0,00	30.463,74	
		135100	135170	20.301.0352.2004.0001	0,00	926.624,25	0,00	0,00	926.624,25	
		135100	135170	203060352.2012.0001	0,00	665.771,07	0,00	0,00	665.771,07	
		135100	135170	20.331.0352.2011.0001	0,00	64.421,90	0,00	0,00	64.421,90	
		135100	135170	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	1.563.083,81	1.563.083,81	
		135100	135170	20.605.0352.8579.0001	0,00	6.084,73	0,00	0,00	6.084,73	
		135100	135170	20.605.0360.4711.0001	0,00	62.847,31	0,00	0,00	62.847,31	
		135100	135170	20.692.0352.4710.0001	0,00	14.658,37	0,00	0,00	14.658,37	
		135100	135170	28.846.0901.0022.0001	1.161.623,57	0,00	0,00	0,00	1.161.623,57	
		135100	135173	20.122.0352.2829.0001	0,00	43.185,40	287.574,70	0,00	0,00	330.760,10
		135100	135460	20.122.0352.2829.0001	0,00	14.731,84	0,00	0,00	0,00	14.731,84
		135100	135460	20.122.0352.2272.0001	0,00	-12,25	0,00	0,00	0,00	-12,25
		135100	135550	08.306.1049.2798.0001	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
		135347	135550	08.306.1049.2798.0001	0,00	-4.589,40	0,00	0,00	0,00	-4.589,40
		135347	135170	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.480.988,70	0,00	0,00	0,00	1.480.988,70
		135347	135170	08.605.1049.2802.0001	0,00	800.264,50	0,00	0,00	0,00	800.264,50
		135347	135170	08.306.1049.2798.0001	0,00	18.500.000,00	0,00	0,00	0,00	18.500.000,00
		135347	135171	08.244.1049.2792.0001	0,00	-984,98	0,00	0,00	0,00	-984,98
		135348	135170	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	11.033,00	0,00	11.033,00
		135170	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	10.662,93	0,00	0,00	0,00	10.662,93
		135170	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	25.045,74	0,00	0,00	0,00	25.045,74
		135170	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	56.105,32	0,00	0,00	0,00	56.105,32
		135170	135100	20.122.0352.2272.0001	31.828,10	0,00	0,00	0,00	0,00	31.828,10
		135170	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	134.548,45	2.521,78	0,00	0,00	137.070,23
		135170	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	2.934,00	0,00	0,00	0,00	2.934,00
		135170	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	4.412,67	0,00	0,00	0,00	4.412,67
		135170	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	22.003,74	0,00	0,00	0,00	22.003,74
		135170	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	2.601,77	0,00	0,00	0,00	2.601,77
135170	135100	203060352.2012.0001	0,00	1.150,00	0,00	0,00	0,00	1.150,00		
135170	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	5.963,10	0,00	0,00	0,00	5.963,10		
135170	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	1.433,24	0,00	1.433,24		
135170	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.057,44	0,00	0,00	0,00	1.057,44		
135170	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	14.542,02	0,00	0,00	0,00	14.542,02		
135170	135100	28.846.0901.0022.0001	0,00	6.036,86	0,00	0,00	0,00	6.036,86		
135171	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	2.452,62	0,00	0,00	0,00	2.452,62		
135171	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01		
135172	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	0,00	3.350,90	3.350,90		
135429	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	0,00	196,70	196,70		

Fonte: Siafi

Quadro XLIII – Despesas por grupo e elemento da despesa

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	3.340.707,43	4.100.820,60	3.340.707,43	4.100.820,60	0,00	0,00	3.161.529,52	4.100.820,60
Vencimentos e Vantagens Fixas	411.770,80	464.329,27	411.770,80	464.329,27	0,00	0,00	379.234,49	464.329,27
Obrigações Patronais	2.028.576,15	2.439.504,04	2.028.576,15	2.439.504,04	0,00	0,00	1.881.934,55	2.439.504,04
Depósitos Compulsórios	345.001,64	318.661,70	345.001,64	318.661,70	0,00	0,00	345.001,64	318.661,70
Sentenças Judiciais	544.195,28	836.925,01	544.195,28	836.925,01	0,00	0,00	544.195,28	836.925,01
Indenizações e Restituições Trabalhistas	11.163,56	41.400,58	11.163,56	41.400,58	0,00	0,00	11.163,56	41.400,58
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	16.982.801,05	25.143.820,36	16.670.564,39	24.363.331,82	312.236,66	780.488,54	15.845.044,21	22.943.403,18
Diárias	468.892,80	294.107,00	468.892,80	294.107,00	0,00	0,00	468.892,80	294.107,00
Material de Consumo	223.636,30	0,00	215.965,40	0,00	7.670,90	0,00	215.903,25	0,00
Material de Distribuição Gratuita	11.793.457,76	19.782.193,21	11.793.457,76	19.411.999,61	0,00	370.193,60	11.043.079,95	18.278.534,16
Passagens e Despesas com Locomoção	143.775,75	136.073,83	143.775,75	128.207,18	0,00	7.866,65	142.760,98	128.085,39
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	189.572,86	155.214,97	163.607,46	155.214,97	25.965,40	0,00	157.990,04	155.214,97
Locação de Mão-de-Obra	969.286,99	1.005.025,55	969.286,99	1.005.025,55	0,00	0,00	961.059,09	981.522,28
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	2.893.844,18	3.558.454,99	2.615.243,82	3.183.554,63	278.600,36	374.900,36	2.555.023,69	2.920.716,50
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	283.272,57	199.895,42	283.272,57	172.367,49	0,00	27.527,93	283.272,57	172.367,49
Indenizações e Restituições	17.061,84	12.855,39	17.061,84	12.855,39	0,00	0,00	17.061,84	12.855,39
4 – Investimentos	53.835,48	299.981,55	48.990,48	6.777,00	4.845,00	293.204,55	48.990,48	6.777,00
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	0,00	286.974,70	0,00	0,00	0,00	286.974,70	0,00	0,00
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	53.835,48	13.006,85	48.990,48	6.777,00	4.845,00	6.229,85	48.990,48	6.777,00
5 – Inversões Financeira	886.742,19	1.569.135,97	828.492,28	1.569.135,97	58.249,91	0,00	769.885,54	1.569.135,97
Aquisição de Produtos para Revenda	886.742,19	1.569.135,97	828.492,28	1.569.135,97	58.249,91	0,00	769.885,54	1.569.135,97
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 22,75%, decorrente principalmente das variações de 53% e 270,85% em Sentenças Judiciais e em Indenizações e Restituições

Judiciais, respectivamente. Além destas, contribuíram também o reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e outras variações.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$25.143.820,36, com acréscimo de 48,05% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência da maior aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita, que passaram de R\$11.793.457,76, em 2010, para R\$19.782.193,21, em 2011. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, foram estabelecidos limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se acréscimo de aproximadamente 457,22% nas despesas empenhadas, devido principalmente a não realização de investimentos nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Incluí as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram acréscimo de 76,96%, passando de R\$886.742,19 para R\$1.596.135,97. Em 2011 destacaram-se as despesas realizadas com o pagamento de frete de milho em atendimento ao Programa Fome Zero, no valor total de R\$1.347.699,95, representando cerca de 85,89% das despesas deste grupo.

12.1.1 – Execução física e orçamentária das ações realizadas pela UJ

A Conab Nacional tem no seu orçamento metas bem definidas. O seu planejamento de execução física e financeira tem metas previstas, realizadas e metas para o exercício seguinte para diversas ações. O desenvolvimento dessas metas e o seu acompanhamento é feito pela Conab Matriz, ficando a cargo das UJ's apenas a execução. No quadro abaixo observamos o quadro geral da execução física e financeira da Sureg-MA no ano de 2011.

Quadro XLIV – Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	465	510	470	925.000,00	913.642,19
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	118	58	120	-	-
20	365	0352	2010	A	4	Criança atendida	-	-	-	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	116	125	125	700.000,00	664.621,07
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	91	122	108	60.000,00	58.458,80
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	0	9	0	0,00	-
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	126	29	111	36.000,00	8.460,00
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-	0,00	-
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	1.200.000,00	1.155.586,71
20	605	0352	10HG	P	4	Estudo realizado	-	-	-	-	-
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	30	32	16	20.000,00	17.448,24
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	-	-	-	2.000.000,00	1.569.135,97
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	5.735.000,00	5.552.505,88
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	7.000,00	5.027,29
20	605	0352	8566	A	4	Mercado integrado	-	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	3	2	3	605.597,90	57.917,24
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	12	12	12	60.000,00	48.305,29
20	692	0352	4710	A	4	Unidade organizada	136	-	-	15.000,00	14.658,37
20	122	0352	0110	OP	4	-	-	-	-	-	-
20	605	0351	20GI	A	4	Produto adquirido	-	-	-	-	-

Fonte: Supor/Gear

A seguir detalharemos a execução das principais ações dos programas realizados pela Conab do Maranhão, bem como os principais indicadores de desempenho dessas ações. Observamos que todos os indicadores de desempenho constantes do Relatório de Gestão da Sureg-MA são repassados pela Matriz.

12.1.1.1 – (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Quadro XLV – Dotações orçamentárias para a ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	925.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	-
Dotação Final	24.605.292,00	925.000,00	3,76
Execução Orçamentária	24.534.231,29	913.642,19	3,72
Índice	99,71	98,77	-
Meta Física	14.849	465	3,13
Execução Física	14.880	510	3,43
Índice	100,21	109,68	-

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab-MA e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada a dotação orçamentária R\$ 925.000,00, sendo gastos R\$ 913.642,19, o equivalente a 98,77%.

No acumulado de 2011, o número de atendimentos realizados aos beneficiários foi de 510, ficando em torno de 109,08% da meta física estabelecida.

12.1.1.1.1 – Análise dos Indicadores da Ação

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos			
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			73,63
2008			77,47
2009			99,41
2010			106,45
2011	Meta:	100,00	Realizado
			109,68
<p>Análise: Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado, incluindo mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuadas pela Companhia. Em consequência da variação na metodologia de estimativa da meta física houve forte variação no resultado apurado por este indicador. Em 2011, a execução física superou a meta esperada em 9,68% devido principalmente ao aumento do número de empregados e ao aumento da faixa etária.</p>			

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			99,85
2008			99,38
2009			99,20
2010			96,86
2011	Meta:	100,00	Realizado
			98,77
<p>Análise: Observamos também que, conforme o quadro abaixo, o percentual de execução financeira do SAS, de 2007 a 2011, está sempre acima dos 90%, ou seja, beirando a meta de 100% da dotação.</p>			

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período			
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			1.096,66
2008			1.142,15
2009			1.993,90
2010			1557,63
2011	Meta:	Não determinada	Realizado
			1.791,46
Análise: Quando observamos o custo por atendimento dos últimos dois anos (2010 e 2011), notamos que houve um aumento no custo em 2011. Este fato refere-se a realização de procedimentos mais complexos e de maior custo realizados pelos beneficiários no ano passado.			

12.1.1.2 – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos

Quadro XLVI – Dotação orçamentária para a ação (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exame Periódicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	-	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	754.740,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	753.997,08	-	0,00
Índice	99,90	-	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	118	2,81
Execução Física	2.488	58	2,33
Índice	59,34	49,15	-

Fonte: Geare e Gebem

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

Os exames periódicos tiveram meta física de 118 assistências e execução de 58 (49,15% do total).

12.1.1.2.1 – Análise dos Indicadores da Ação

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				88,75
2011	Meta:	100,00	Realizado	49,15
Análise: A execução da meta física para a UJ ficou em torno de 49,15%, abaixo do resultado do ano de 2010, que foi de 88,75%.				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				-
2011	Meta:	100,00	Realizado	-
Análise: Não houve dotação orçamentária para a respectiva ação no âmbito da UJ.				

12.1.1.3 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Quadro XLVII – Dotação orçamentária para a ação (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	700.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
Dotação Final	22.246.764,00	700.000,00	3,15
Execução Orçamentária	21.662.047,14	664.621,07	3,07
Índice	97,37	94,95	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	116	2,77
Execução Física	4.334	125	2,88
Índice	103,36	107,76	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

No exercício 2011, a Sureg-MA recebeu R\$700.000,00 e executou R\$ 664.621,07. Sua meta física de beneficiar 116 servidores/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) foi executada em 107,76%, perfazendo a execução física de 125 empregados.

12.1.1.3.1 – Análise dos Indicadores da Ação

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			98,36
2008			110,00
2009			100,00
2010			109,09
2011	Meta:	100,00	Realizado
			107,76
Análise: Durante os últimos quatro anos os percentuais mantiveram-se sempre acima dos 100%. Em 2011, a execução física superou a meta prevista em 7,76%			

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			99,91
2008			94,52
2009			99,95
2010			99,80
2011	Meta:	100,00	Realizado
			94,95
Análise: No exercício anterior, a execução orçamentária atingiu 94,95% da dotação prevista, perto dos 100% pretendido.			

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			4.508,50
2008			4.764,89
2009			4.701,17
2010			5.862,97
2011	Meta:	Não determinada	Realizado
			5.316,97
Análise: Em comparação ao ano anterior, no ano de 2011 houve um pequeno decréscimo no custo por atendimento. O custo no exercício passado ficou em torno de R\$ 5.316,97.			

12.1.1.4 – (2011) Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados

Quadro XLVIII – Dotação orçamentária para a ação (2011) Auxílio – Transporte aos Servidores e Empregados

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	60.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
Dotação Final	7.441.122,00	60.000,00	0,81
Execução Orçamentária	7.352.073,59	140.832,60	1,92
Valor Liquidado na Sureg-MA	0,00	58.458,80	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	82.373,80	58,49
Índice	98,8	-	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	91	2,77
Execução Física	4.286	122	2,85
Índice	130,59	134,07	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Para a Sureg-MA foram disponibilizados de dotação orçamentária o valor de R\$ 60.000,00, sendo executado R\$ 140.832,60.

Quanto a meta física, o valor estipulado foi de 91 servidores beneficiados/mês, sendo totalizado no final do exercício 122 atendimentos, ou seja, 34,07% acima da meta. Este valor correspondeu a 2,85% da participação a nível nacional.

Na Sureg-MA a execução desta ação se dá de duas maneiras: os empregados recebem o auxílio em pecúnia ou por meio da aquisição de tickets (ou de cartão magnético de transporte).

12.1.1.4.1 – Análise dos Indicadores da Ação

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte			
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			90,79
2008			94,42
2009			94,84
2010			95,60
2011	Meta:	100	Realizado
			97,43
Análise: Nos três últimos anos, o percentual da execução financeira ficou acima de 94%, sendo que neste último exercício o percentual ficou em torno de 97,43% do previsto.			

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			96,72
2008			134,65
2009			114,55
2010			88,75
2011	Meta:	100	Realizado
			134,07
Análise: A Sureg – MA teve como meta física atender uma média de 91 funcionários /mês durante o ano de 2011, tendo Beneficiado 122 ao mês e atingido 134,07% do previsto.			

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte			
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			807,92
2008			381,85
2009			338,71
2010			740,57
2011	Meta:	Não determinada	Realizado
			479,17
Análise: Em 2011, os 122 funcionários beneficiados com auxílio – transporte na Sureg-MA geraram um custo por atendimento de R\$ 479,17, ou seja, um decréscimo se comparado como o ano de 2010. Essa diminuição ocorreu devido ao recadastramento ou atualização dos dados cadastrais dos funcionários.			

12.1.1.5 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Quadro XLIX – Dotação orçamentária para a ação (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	-	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	60.970,43	-	0,00
Índice	12,19	-	-
Meta Física – Unidade cadastrada	4.500	-	0,00
Execução Física	1.889	9	0,48
Índice	41,98	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

No âmbito da Sureg-MA não houve dotação orçamentária para a ação, também não houve execução orçamentária para o estado.

Mesmo sem haver meta física para 2011, foram realizados 9 (nove) cadastramentos / recadastramentos de unidades armazenadoras para apoio aos instrumentos de comercialização.

Devemos destacar que, devido ao Decreto nº 7.446, de 1.03.11, tivemos contenção de despesas, o que acabou diminuindo as ações em campo da Conab.

12.1.1.5.1 – Análise dos Indicadores de Ação

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados			
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas			
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			90,21
2008			-
2009			-
2010			-
2011	Meta:	100,00	Realizado
Análise: Não houve meta física estabelecida para a ação no ano de 2011.			

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			76,84
2008			93,39
2009			90,96
2010			86,37
2011	Meta:	100,00	Realizado
Análise: Não houve dotação orçamentária para a ação, conseqüentemente não houve percentual de execução.			

Nome: Custo por Unidade Cadastrada			
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento			
Meta:			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos			
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			23,83
2008			-
2009			4.548,09
2010			64,94
2011	Meta:	Não determinada	Realizado
			0,00
Análise: Não consta custo por Unidade Cadastrada pois não houve dotação orçamentária.			

12.1.1.6 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro L – Dotação orçamentária da ação (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	3,24
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	8.460,00	2,27
Índice	24,35	23,50	
Meta Física	4.300	126	2,93
Execução Física	3.165	29	0,92
Índice	73,60	23,02	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A Sureg-MA teve dotação orçamentária de R\$ 36.000,00, e a execução orçamentária totalizou R\$ 8.460,00; logo 23,50% da dotação destinada.

Foi estabelecido para a Conab do Maranhão a meta física de treinar 126 empregados, mas acabamos ficando abaixo desta, capacitando 29 funcionários (23,02% da meta) no ano de 2011.

A execução orçamentária e física do exercício anterior foi menor se comparado ao ano de 2010. Explicamos que, no ano passado tivemos contenção de despesas devido ao Decreto nº 7.446, de 1.03.11.

No quadro abaixo, vemos o detalhamento da execução orçamentária e física da ação nos últimos dois anos.

Quadro LI – Execução Física e Orçamentária da Ação na Sureg-MA (2010 a 2011)

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	126	126	0,00	55.000,00	36.000,00	-34,55
Execução	57	29	-49,12	54.541,27	8.460,00	-84,49
Percentual de Execução	45,24	23,02	-	99,17	23,50	-
Gasto per capita (R\$)				956,86	291,72	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Os empregados foram capacitados em 5 áreas, com ênfase na área Administrativa, com 14 empregados treinados nessa área e com 608 homens/hora treinados. No geral os 29 empregados tiveram 49 de média de carga/horária por participante.

12.1.1.6.1 – Análise dos Indicadores da Ação

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação			
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA			
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100			
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto			
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			138,83
2008			148,15
2009			61,11
2010			45,24
2011	Meta:	100,00	Realizado
			23,02
Análise: O atendimento da demanda de capacitação ficou em torno de 23,02% da meta física estipulada inicialmente, devido, principalmente ao fato de que alguns dos cursos planejados no ano de 2010 não aconteceram por dificuldades da contratação de órgãos especializados, pela dificuldade de de formação de turma e devido a contenção orçamentária no ano passado.			

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				96,91
2008				99,29
2009				96,99
2010				99,17
2011	Meta:	100,00	Realizado	23,50
Análise: A Sureg-MA executou R\$ 8.460,00 em gastos com a ação acima no ano de 2011, ou seja, 23,50% do orçamento disponível para a UJ.				

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y = Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				216,87
2008				806,77
2009				203,48
2010				956,86
2011	Meta:	956,86	Realizado	291,72
Análise: O custo per capita apresentou variação menor que o previsto, em função da diminuição das despesas com diárias e passagens na participação de cursos realizados na Matriz, em Brasília.				

12.1.1.7 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Quadro LII – Dotação orçamentária para a ação (0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	1.200.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	18.661.376,00	1.200.000,00	6,43
Execução Orçamentária	17.353.314,98	1.155.586,71	6,66
Índice	92,99	96,30	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Para a Sureg-MA foram disponibilizados R\$ 1.200.000,00 e desembolsados R\$ 1.155.586,71 (6,66% da execução nacional), para os pagamentos de Pessoal e Encargos Sociais e Despesas Correntes. A execução orçamentária da UJ ficou em 96,30%. (conforme detalhado no quadro a seguir).

Quadro LIII – Elementos de Despesa da Dotação orçamentária

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	192.872,07	66.729,08	-	-	259.601,15
2008	386.679,29	276.688,06	-	-	663.367,35
2009	152.357,96	403.498,31	-	-	555.856,27
2010	345.001,64	544.195,28	-	-	889.196,92
2011	318.661,70	836.925,01	0,00	0,00	1.155.586,71

12.1.1.7.1 – Análise dos Indicadores da Ação

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais			
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Superintendente da Sumaj			
Resultados:			
2007			99,85
2008			94,77
2009			99,62
2010			99,91
2011	Meta:	100,00	Realizado
			96,30
Análise: A execução financeira de R\$ 1.155.586,71 gerou um percentual de 96,30%. Logo, o percentual ficou dentro do esperado.			

12.1.1.8 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Quadro LIV – Dotação orçamentária para a ação (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 20.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 20.000,00	0,48
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 17.448,24	1,07
Índice	38,65	-	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	30	0,55
Execução Física	6.030	32	0,53
Índice	109,64	106,67	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

Para a Sureg-MA foram disponibilizados de dotação R\$ 20.000,00, sendo executados R\$ 17.448,24 (1,07% da participação nacional da Conab). Efetuando uma meta física de 32 fiscalizações (106,67% da meta).

Conforme já relatado no item 7, as fiscalizações foram feitas nos estoques públicos, projetos de PAA, Venda Balcão e Subvenção ao Extrativista.

No âmbito da Sureg-MA, o calendário de fiscalização dos estoques públicos foi cumprido. A maioria da execução orçamentária liquidada de R\$ 17.448,24 correspondeu ao pagamentos de diárias para os empregados da Sureg-MA fiscalizando no estado (conforme quadro abaixo).

Quadro LV – Elementos da Execução Orçamentária

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pes. Física	Pes. Jurídica				
2007	21.339,98	2.983,81	4.275,14	0,00	188,60	0,00	0,00	0,00	28.787,53
2008	10.540,00	2.004,08	709,51	0,00	88,00	0,00	0,00	0,00	13.341,59
2009	26.999,00	1.517,33	5.916,28	0,00	260,10	0,00	810,00	0,00	35.502,71
2010	60.378,00	5.648,04	16.097,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.123,07
2011	11.688,50	1.603,92	4.055,82	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.448,24

Fonte: Siafi

12.1.1.8.1 – Análise dos Indicadores da Ação

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas	
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA	
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA	
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$	
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas	
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor	
Base Geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Anual	
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup	
Resultados:	
2007	-
2008	475,00
2009	166,67
2010	114,29
2011	106,67
Meta:	100,00
Realizado:	106,67
Análise: A execução física de 32 fiscalizações ficou dentro do patamar desejado, em torno de 106,67%.	

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação d			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			99,27
2008			74,12
2009			98,62
2010			82,12
2011	Meta:	100,00	Realizado: 87,24
Análise: Este percentual também ficou dentro do esperado, economizando-se 12,76% da dotação.			

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem			
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil			
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: Menor que o do ano anterior			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)			
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			0,00
2008			0,60
2009			0,00
2010			1,94
2011	Meta:	0,00	Realizado: 1,56
Análise: Ficou dentro das perdas admissíveis pelo MOC.			

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (emt) e Y= quantidade de estoque contábil (emt)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise: este indicador ficou dentro das perdas admissíveis pelo MOC.				

Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados				
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (emt) e Y= quantidade de estoque contábil (emt)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise: Este indicador ficou dentro das perdas admissíveis pelo MOC.				

Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão				
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (emt) e Y= quantidade de estoque contábil (emt)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise: Este indicador ficou dentro das perdas admissíveis pelo MOC.				

Nome: Custo por Fiscalização realizada				
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				-
2008				702,19
2009				1.387,71
2010				1.026,54
2011	Meta:	1.026,54	Realizado:	545,26
Análise: O custo com fiscalizações foi menor no ano de 2011 devido, principalmente, a contenção de despesas do Governo Federal, que previu diminuição com diárias e passagens aéreas.				

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo programado			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada			
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis			
Resultados:			
2007			31,48
2008			380,42
2009			92,06
2010			103,04
2011	Meta:	100,00	Realizado: 1.168,91
Análise: a meta estabelecida para a fiscalização de estoques públicos foi bem menor do que a execução física. Por isso, o aumento foi tão significativo se comparado com 2010.			

12.1.1.9 – (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Quadro LVI – Dotação orçamentária para a ação (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MA	
Dotação Orçamentária	200.000,00	15.000,00	7,50
Execução Orçamentária	128.741,18	14.658,37	11,39
Índice	64,37	97,72	-
Meta Física – unidade organizada	1.000,00	136	13,60
Execução Física	152,00	-	0,00
Índice	15,20	0,00	-

Fonte: Supor e Siafi

No estado do Maranhão foi dotado R\$15.000,00 e executado R\$ 14.658,37 (97,72%). A discriminação da dotação executada encontra-se no quadro a seguir.

Quadro LVII – Discriminação da execução orçamentária

Ano	Elemento de Despesa (R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas		Indenizações e Restituições
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	
2009	2.295,00	-	3.029,76	-	-	-	-	5.324,76
2010	3.712,50	-	3.134,11	-	-	-	-	6.846,61
2011	7.875,00	-	6.783,37	-	-	-	-	14.658,37

Fonte: Siafi

A Conab pode atuar eventualmente como fornecedora de produtos, em função da disponibilidade de estoques oriundos da agricultura familiar. Em 2011, foram disponibilizadas 58,7 toneladas de arroz beneficiado e leite em pó, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LVIII – Demonstrativo da Quantidade de Produtos Comercializadas pelas Centrais de Negócios

Produto	Ano									
	2009		2010				2011			
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
Açúcar	-	-	-	-			37,7	52.301		
Arroz beneficiado	12,1	13.090	25,7	28.479	128	31.738	38,8	38.876	198	35.435
Leite em pó	2,0	10.725	33,1	181.775			10,1	72.403		
Total	14,1	23.814,60	58,7	210.254,00	128	31.738	86,6	163.579,40	198	35.435

Fonte: Supab/Gevap

12.1.1.9.1 – Principais Indicadores da Ação

Os indicadores da ação REFAP constam no capítulo 5 deste Relatório.

12.1.1.10.1 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Quadro LIX – Dotação orçamentária para a ação (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MA	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	605.597,90	-
Dotação Orçamentária Final	39.000.000,00	605.597,90	1,55
Despesas Correntes	5.000.000,00	172.000,00	3,44
Despesas de Capital	34.000.000,00	433.597,90	1,28
Execução Orçamentária	503.777,46	57.917,24	11,50
Despesas Correntes	250.594,84	57.917,24	23,11
Despesas de Capital	253.182,62	-	0,00
Índice	1,29	9,56	-
Meta Física – unidade modernizada	70	3	4,29
Execução Física	57	2	3,51
Índice	81,43	66,67	-

Fonte: Supor e Siafi

A dotação orçamentária para a Sureg-MA foi de R\$ 605.597,90, executando R\$ 57.917,24 (66,67% da dotação). Os serviços/obras/aquisições estão discriminados no quadro abaixo.

Quadro LX – Detalhamento dos Serviços/obras/aquisição na UJ

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
			Corrente	Capital	Corrente	Capital	
MA	São Luis	Serviços de engenharia para reforma do vestiário	14.731,84	0,00	0,00	0,00	14.731,84
	Itaqui	Serviços de aterro e compactação da área próxima à balança rodoviária	29.001,00	0,00	0,00	0,00	29.001,00
		Serviços de demolição e remoção de entulhos da construção ao lado da bateria de silos	14.184,40	0,00	0,00	0,00	14.184,40
		Aquisição de 1 lixadeira	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00
		Recuperação e reforço estrutural dos componentes metálicos da correia transportadora	0,00	0,00	0,00	286.974,70	286.974,70
		aquisição de 1 microtrator cortador	0,00	0,00	0,00	5.151,63	5.151,63
		Reforma e manutenção dos vestiários e banheiros	0,00	0,00	10.582,46	0,00	10.582,46
Total			57.917,24	0,00	10.582,46	292.726,33	361.226,03

Fonte: Siafi

No Maranhão contamos com 8 armazéns disponíveis em 3 Unidades Armazenadoras que são UA-Itaqui, UA-São Luís e UA-Imperatriz. As UA's no estado têm capacidade total de 63.496 toneladas.

Quadro LXI – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

UF	N.º Unidades	N.º de Armazéns	Capacidade (Em t)			Total
			Convencional	Granel	Frigorificada	
MA	3	8	11.496	52.000	0	63.496
Total	3	8	11.496	52.000	0	63.496

Fonte: Suarm/Gecad

12.1.1.10.1 – Principais Indicadores da Ação

Os indicadores da ação constam no capítulo 7 deste relatório.

12.1.1.11 – (2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM

Quadro LXII – Dotação orçamentária da ação (2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	2.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	2.000.000,00	0,09
Execução Orçamentária	918.235.408,22	1.569.135,97	0,17
Índice	42,32	78,46	-
Meta Física	4.031.000	0	0,00
Execução Física	811.250	0	0,00
Índice	20,13	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Em 2011, a Sureg-MA teve meta a executar com relação a aquisição de produtos no valor de R\$ 2.000.000,00, executando R\$ 1.569.135,97, ou 78,46% do valor destinado para formação de estoques públicos para o estado.

12.1.1.11.1 – Principais Indicadores da Ação

Os indicadores desta ação constam no capítulo 7 deste relatório.

12.1.1.12 – (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Quadro LXIII – Dotação Orçamentária para a ação (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MA	
Dotação Orçamentária	315.000,00	7.000,00	
Execução Orçamentária	294.066,15	5.027,29	2,22
Índice	93,35	71,82	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	-	
Execução Física	7.845	-	0,00
Índice	98,06	-	

Fonte: Siafi

Esta Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal da Conab e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização etc.

Todas as informações de agropecuária e abastecimento são consolidadas na Matriz para posterior divulgação a sociedade.

No Maranhão foi dotado o valor de R\$ 7.000,00, sendo executado R\$ 5.027,29 desse valor (71,82%).

O detalhamento dos gastos pode ser verificado no quadro a seguir.

Quadro LXIV – Execução orçamentária da ação (8579) na Sureg-MA

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	2.475,00	1.480,21	1.162,19	-	-	5.117,40
2009	-	-	-	-	-	-
2010	4.324,00	2.395,42	1.467,84	-	-	8.187,26
2011	3.530,50	857,57	639,22	-	-	5.027,29

Fonte: Siafi

Percebemos que o gasto no ano de 2011 foi menor se comparado ao ano anterior de 2010. Lembramos que o exercício anterior foi um ano de contenção de gastos pelo Governo Federal.

12.2.1.12.1 – Principais Indicadores da Ação

Nome: Percentual de Informações Agropecuárias disponibilizadas			
Descrição: Percentual de informações geradas e disponibilizadas			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Maior ou igual a 100% da meta estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X = Número de informações disponibilizadas e Y = Quantidade prevista na LOA			
Fonte: X = Geint e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geint			
Resultados:			
2008			-
2009			-
2010			-
2011	Meta:	-	Realizado
Análise: Não houve o estabelecimento de meta física para a Sureg-MA.			

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias			
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geint			
Resultados:			
2008			68,23
2009			-
2010			40,94
2011	Meta:	100,00	Realizado
			71,82
Análise: Foram gastos 71,82% da dotação orçamentária disponibilizada para a Sureg-MA. Lembramos que a disponibilidade do recurso para as UJ e acompanhamento da execução orçamentária fica a cargo da Matriz.			

Nome: Número de Séries Estatísticas Disponíveis			
Descrição: Quantidade de séries estatísticas, atuais e históricas, que são disponibilizadas ao público em geral			
Objetivo: Acompanhar a evolução da base de dados quanto a incorporação de novos dados e informações			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Quantidade			
Meta: 8.000 séries (rever)			
Fórmula de Cálculo: N.º de séries que compõe o banco de dados			
Variáveis: -			
Fonte: Suinf/Geint			
Base geográfica: Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geint			
Resultados:			
2008			-
2009			-
2010			-
2011	Meta:	-	Realizado
Análise: No caso desse indicador, não houve estabelecimento de meta para a UJ.			

12.1.1.13 – (2272) Gestão e Administração do Programa

Quadro LXV – Dotação orçamentária da ação (2272) Gestão e Administração do Programa

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MA	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	5.735.000,00	1,17
Pessoal	391.071.326,00	2.950.000,00	0,75
Custeio	77.070.000,00	2.775.000,00	3,60
Investimentos	20.275.000,00	10.000,00	0,05
Execução Orçamentária	461.250.028,94	5.552.505,88	1,20
Pessoal	387.327.794,86	2.945.233,89	0,76
Custeio	73.477.389,40	2.600.494,99	3,54
Investimentos	444.844,68	6.777,00	1,52
Índice	94,44	96,82	-

Fonte: Supor e Siafi

Para a Sureg-MA houve uma dotação final de R\$5.735.000,00 (1,17% do total nacional), sendo liquidados R\$5.552.505,88, ou 96,82% da dotação. Deste valor foram executados R\$2.945.233,89 para pessoal; R\$ 2.600.494,99 para custeio e R\$ 6.777,00 para investimentos.

A execução orçamentária da folha de pessoal é processada pela Matriz, em Brasília. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada em cada Regional.

O quadro abaixo contempla os valores destinados ao pagamento de pessoal, custeio e investimentos com mais detalhes, e ainda compara os quatro últimos exercícios (2007 a 2010).

Quadro LXVI – Despesas Correntes e de Capital recebidos pela UJ

Discriminação	MA				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	5.360,67	850.468,94	2.082.004,31	2.451.510,51	2.945.233,89
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	106.424,14	381.049,39	411.770,80	464.329,27
Obrigações patronais	0,00	722.946,49	1.700.101,67	2.028.576,15	2.439.504,04
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	21.098,31	853,25	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	5.360,67	0,00	0,00	11.163,56	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	41.400,58
Custeio	2.445.585,41	2.364.986,36	2.229.280,95	2.525.445,95	2.600.494,99
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	95.377,12	145.595,00	163.812,00	265.343,00	205.562,50
Material de consumo	235.157,72	239.343,52	138.759,04	136.547,14	151.770,55
Passagens e Despesas com locomoção	50.605,45	50.765,96	35.860,48	74.580,77	63.920,51
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	120.697,34	117.748,98	110.724,66	163.607,46	155.214,97
Locação de mão-de-obra	498.454,44	592.694,82	679.321,32	969.286,99	1.005.025,55
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.124.991,01	1.169.253,13	1.006.068,05	0,00	918.641,87
Obrigações tributárias e contributivas	165.582,10	0,00	0,00	53.898,97	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	154.720,23	2.644,71	39.407,17	13.189,94	12.555,39
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	848.991,68	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	46.940,24	55.328,23	0,00	87.803,65
Investimentos	163.753,78	126.584,89	8.341,42	25.066,48	6.777,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	163.753,78	126.584,89	8.341,42	25.066,48	6.777,00
Total	2.614.699,86	3.342.040,19	4.319.626,68	5.002.022,94	5.552.505,88

Fonte: Siafi

12.1.1.13.1 – Análise dos Indicadores da Ação

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa				
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Sufin				
Resultados:				
2007				31,87
2008				38,35
2009				48,09
2011				95,13
2010	Meta:	100,00	Realizado	96,82
Análise: Em 2011 houve dotação orçamentária final de R\$5.552.505,88. A Sureg-MA conseguiu executar 96,88% deste valor, logo o percentual ficou no patamar esperado.				

12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

Quadro LXVII – Inscrições em Restos a Pagar

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	1.419.928,64	0,00	116.452,85	1.017.012,60
2010	884.126,92	0,00	768.966,12	115.160,80
2009	107.584,59	0,00	102.096,55	5.488,04
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	1.073.693,09	123.474,22	267.947,19	682.271,68
2010	375.331,57	9.031,76	112.892,31	253.407,50
2009	2.335.611,71	11.265,16	2.324.346,55	0,00
Observações:				

12.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Os valores cancelados em 2011 referem-se, em sua maioria, a projeto do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no valor de R\$ 117.000,00 (43% do total).

12.2.2 – Análise Crítica

Do montante de Restos a Pagar não processados (R\$ 1.073.693,09), 66% deste referem-se a projetos do PAA que tiveram que ficar para serem pagos no exercício de 2012.

12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período

Os créditos orçamentários e financeiros são repasses pela Matriz para Sureg's, respeitando-se a programação orçamentária/financeira pré-definida entre Matriz e Superintendências.

12.4 – Transferências mediante convênios

Não houve ocorrência deste item na Sureg-MA, visto que os repasses de recursos orçamentários/financeiros decorrentes de Termos de Cooperação, Convênios ou Planos de Trabalho, celebrados entre a Conab e outros órgãos públicos, são recebidos pela Matriz (UG 135100) e repassados por meio de Notas de Créditos para execução descentralizada nas Superintendências Regionais da Conab.

12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

BALANÇO PATRIMONIAL Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

A T I V O	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00

Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76
PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41

Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET. DO CAPITAL	TRANSE. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

**José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de

premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da

regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
ICMS a Compensar	241.699	285.410
IRRF a Compensar	36	33
Contribuições Outros Impostos	105	93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840	285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7

RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macro função 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

➤ R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8

DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9

CONTAS A RECEBER

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10

DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

Em R\$ mil

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

Em R\$ mil

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

Em R\$ mil

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13	ENDIVIDAMENTO
----------------	----------------------

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS
----------------	--------------------------------------

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15	CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES
----------------	--

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

↑ **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

↑ **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

↑ **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

↓ **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

↓ **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

↓ **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317523	351.646	369167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

↓ **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

↓ **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

↓ **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18**DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS****19.1 Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em

12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Em R\$ mil

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	23.884,29	23.884,29
Empregados	2.642,62	2.559,69

Em R\$ mil

NOTA 21

CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	3.218	3.579

Em R\$ mil

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

12.6 – Composição dos Investimentos da Empresa

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Governamental/Não	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Governamental/Não	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão,

oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

12.6.1 – Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv. Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	11.580.527,29	11.580.527,29	11.575.984,63

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

CNPJ	Investida	Quantidade	31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepostos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv. Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Conab por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

No estado do Maranhão conta no patrimônio da empresa 15 imóveis (entre armazéns, terrenos, etc). No quadro abaixo estão discriminados os locais e as quantidades destes.

Quadro LXXI – Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício de 2011	Exercício de 2010	
Maranhão	15	15	O armazém de Rosário está cedido à FUNASA, o Entrepasto de Pesca e um terreno localizados em São Luís estão destinados a venda, também destinados a venda um imóvel em Pindaré-Mirim, São Félix do Balsas, Balsas, Presidente Dutra, Zé Doca, Bacabal e Fortaleza dos Nogueiras (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010)
Rosário	1	1	
São Luís	4	4	
Pindaré-Mirim	2	2	
Imperatriz	2	2	
São Félix do Balsas	1	1	
Balsas	1	1	
Presidente Dutra	1	1	
Zé Doca	1	1	
Bacabal	1	1	
Fortaleza dos Nogueira	1	1	
Total	15	15	

Fonte: Sistemas de Informações Gerenciais de Imóveis

No fim do exercício de 2011, a Conab do Maranhão mantinha 2 imóveis locados de terceiros, a saber.

Quadro LXXII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localiação Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício de 2011	Exercício de 2010
Brasil	Maranhão	2	2
	São Luís	2	2
Total		2	2

Fonte: Supad/Gepas

Obs.: A Conab não possui imóveis no exterior

12.8 – Parecer de Auditoria Independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, conseqüentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

MOORE STEPHENS

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S

CRC-DF 000896/O-1

CVM n.º. 12.327



Fabson Vogel

Contador CRC-DF 012038/O-0

Sócio



Edson Souza Sobrinho

Contador CRC-DF 010198/O-4

Sócio

13 – Governança e Controles

13.1 – Informações sobre o Controle Interno

Toda empresa, ao ser criada, visa à continuidade, mas para que isto ocorra, faz-se necessária a criação de certos mecanismos de controle interno abrangendo toda a sua administração.

A função do controle está intimamente ligada às demais funções do processo administrativo.

O processo de controle tem a função de regular as operações a padrões pré-estabelecidos, e sua ação depende de informações recebidas, que permitem a oportunidade de ação corretiva.

O grande volume de operações realizadas no dia a dia das empresas faz com que os seus gestores necessitem de um sistema de Controle Interno que possibilite que todas as operações sejam realizadas de acordo com as políticas estabelecidas para atingirem o objetivo esperado.

O controle interno é um instrumento, que através de suas ferramentas, auxilia a administração em todas suas atividades de caráter administrativo e operacional. No entanto deve variar de acordo com a natureza do negócio, estrutura e tamanho da empresa, diversidade e complexidade das operações, métodos utilizados para processamento dos dados e requisitos legais e regulamentos aplicáveis.

Em linhas gerais, a Conab adota os seguintes objetivos para os controles internos a saber:

- a) Salvar os ativos de prejuízos decorrentes de fraudes ou de erros não intencionais;
- b) Antecipar-se, preventivamente, ao cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes;
- c) Assegurar a validade e integridade dos dados financeiros e contábeis que serão utilizados pela gerência para a tomada de decisões;
- d) Incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às normas internas;
- e) Assegurar aderência às diretrizes estratégicas, planos, normas e procedimentos da Companhia;
- f) Propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo/operacional, sobre os resultados e efeitos atingidos;
- g) Permitir a implementação de programas, projetos, atividades, sistemas e operações, visando economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade.

Segundo o Manual de Auditoria da Conab, 3º versão, ano 2009, os controles internos podem ser assim classificados:

- a) Preventivos (buscam evitar que fatos indesejáveis ocorram);
- b) Detectores (para detectar e corrigir fatos indesejáveis já ocorridos);
- c) Diretivos (para provocar ou encorajar a ocorrência de um fato desejável).

Os controles internos administrativos implementados na Companhia têm caráter prioritariamente preventivo, e se prestam como instrumentos auxiliares de gestão relativamente a todos os níveis hierárquico-organizacionais.

O ambiente organizacional favorece a consciência sobre os controles internos administrativos.

Um necessário ambiente de controle na Companhia, fomentado pelas atitudes e ações dos gestores e empregados, inclui:

- a) Valores éticos compartilhados;
- b) Filosofia e estilo de gestão;
- c) Estrutura organizacional;
- d) A delegação de responsabilidades;
- e) Política e prática da gestão de pessoas;

f) Competência técnica dos profissionais; e

g) Canais de comunicação capazes de dar à gestão informações adequadas e fidedignas.

Por não existir nas UJ's nenhum setor específico para desenvolvimento dos controles internos, estes foram bem definidos pela Auditoria Interna da Conab – AUDIN e estão constantes do Manual de Auditoria Interna da Conab.

Cabe as Superintendências Regionais da Companhia a adequação aos controle internos oriundos da Matriz e, no que for possível, complementar estes, em harmonia as peculiaridades de cada UJ nos estados.

Como os controles internos estão centralizados na Matriz, A Unidade de Auditoria Interna – AUDIN, deverá, periodicamente, avaliar as práticas relativas à segurança da informação e recomendar, se apropriado, o incremento ou a implementação de novos controles e salvaguardas.

Na avaliação dos controles internos administrativos na Companhia, a Unidade de Auditoria Interna deverá levar em consideração:

a) Relação custo/benefício;

b) Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários: a eficácia dos controles internos administrativos está diretamente relacionada com a competência, formação profissional e integridade do pessoal;

c) Delegação de poderes e definição de responsabilidades: a delegação de competência, conforme previsto em lei, será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com vistas a assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, e o ato de delegação deverá indicar, com precisão, a autoridade delegante, delegada e o objeto da delegação, devendo ser, na Companhia, observado o seguinte:

c.1) Existência de estatuto ou regimento e organograma adequados, em que a definição de autoridade e consequentes responsabilidades sejam claras e satisfaçam plenamente as necessidades da organização; e

c.2) Existência de manuais de procedimentos e rotinas, claramente determinados, que considerem as funções de todos os setores da Companhia;

d) Segregação de funções: a estrutura das unidades organizacionais deve prever a separação entre as funções de autorização ou aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio;

e) Instruções devidamente formalizadas: para atingir um grau de segurança adequado é indispensável que as ações, procedimentos e instruções sejam disciplinados e formalizados por meio de instrumentos eficazes e específicos, ou seja, claros e objetivos e emitidos por autoridade competente;

f) Controles sobre as transações: é imprescindível estabelecer o acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais, objetivando que sejam efetuados mediante atos legítimos, relacionados com a finalidade da unidade ou entidade e autorizados por quem de direito; e

g) Aderência às diretrizes e normas legais: o controle interno administrativo deve assegurar observância às diretrizes, planos, normas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos, e que os atos e fatos de gestão sejam efetuados mediante atos legítimos, relacionados com a finalidade da unidade ou entidade.

A Conab entende que os controles internos são necessários porque toda operação tem um risco inerente. Pensando nisso, a avaliação dos riscos operacionais da Auditoria da Conab leva em consideração os seguintes itens a saber:

a) Risco humano (erro não-intencional; qualificação; fraude);

b) Risco de processo (modelagem; transação; conformidade; controle; técnico);

c) Risco tecnológico (equipamentos; sistemas; confiabilidade da informação).

Como ferramenta para a avaliação de riscos, de forma a sistematizar e estruturar informações de riscos sobre o ambiente de análise, poder-se-á utilizar o Diagrama de Avaliação de Risco, que estabelece o impacto potencial e as probabilidades de ocorrência dos riscos identificados.

O trabalho de controle interno favorece o alcance de níveis excelentes de desempenho empresarial e transmite a todos, a certeza de que os recursos estão sendo bem aplicados. Apesar da grande importância e relevância em se ter um adequado sistema de controle interno, é importante frisar que há limitações. Assim, o sistema de controle interno é aquele que acusa, de forma rápida, a necessidade de adoção de medidas preventivas ou corretivas visando a eliminar, ou mesmo a minimizar, perdas decorrentes de ineficiências, desvios e a maximização do lucro da organização.

Quadro LXVIII – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que			X		

possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: O controle interno é centralizado na área de auditoria interna (Matriz).					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

13.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

13.2.1 – Deliberações do Tribunal de Contas da União – TCU

No ano de 2011 não houve nenhuma deliberação do TCU.

13.2.2 – Deliberações da Controladoria Geral da União – CGU

No ano de 2011 não houve nenhuma deliberação do CGU.

13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

As recomendações indicadas no Relatório de Auditoria Interna feito pela Audin, bem como os tratamentos as recomendações estão disponíveis no anexo I deste Relatório de Gestão.

ANEXO I

Constatações, recomendações e tratamentos das recomendações do Relatório de Auditoria Interna 17/2011-(ACG)- SUREG MA/MA

Relatório de Auditoria
17/2011 - (ACG) - SUREG MA/MA - - Total de Recomendações: 281 - Solucionadas: 189 - Baixadas: 8 - Pendentes: 84
Constatação
<p>1104 - Na análise dos Processos foram encontradas impropriedades passíveis de recomendações e sugestões que, se saneadas, poderão mitigar riscos inerentes à execução do PAA. 1 – Constatou-se a existência de certidões vencidas (INSS, FGTS, Dívida Ativa da União e Receita Federal ou respectivos extratos) das cooperativas ou associações, conforme exigência do Manual de Operações - Título 30 item 7- g. 2 – Analisou-se a CPR-Doação Proposta de Participação da Associação de Criadores de Frangos e Hortifrutigranjeiros de Açailândia/MA, peça do Processo n.º 21211.000480/2009-40, fls 79. Constatou-se que não há acompanhamento nem o Parecer do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, no caso específico de atendimento às escolas públicas. 3 – Constatou-se que a Sureg/MA criou uma planilha de acompanhamento de liberação financeira da CPR-Doação e o cronograma de execução. Esse documento dá um efetivo suporte aos projetos do PAA visando atualização dos saldos. 4 – Verificou-se dificuldade para localização dos endereços por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP por não haver campo indicando pontos de referência para se chegar à propriedade do titular. 5 – Constatou-se que, na formalização dos Processos n.ºs 21211.0000501/2008 (volume III), 21211.000191/2009 (a partir da página 424) e o 9º volume do Processo n.º 21211.000480/2009-40, as páginas estavam sem numeração sequencial e, ainda, documentos soltos para serem apensados nos autos do último processo mencionado. 6 – Na consulta realizada no site da Companhia (Transparência Pública do PAA), verificou-se o registro da Associação Makau como sendo a Colônia de Pescadores Z-37, Processo n.º 21211.0000501/2008. Não se localizou essa associação nos autos. O CNPJ registrado é o da Colônia de Pescadores Z-37. 7 - Verificou-se falta de renovação do endereço nas DAPs (dificuldades de localização); 8 - Observou-se que não foi feita a supervisão no município de Tutum, porém, consta na programação. 9 - Constatou-se que o Processo n.º 2121.1000452/2007-61, referente a proposta de participação da Associação Ecológica Pirâmide do Araçagy no Programa de Compra Antecipada Especial da Agricultora Familiar – com Doação Simultânea – CAEAF, (atual PAA CPR-Doação) foi extinto (nov/2010) e encaminhado para a Matriz, em 10.5.2011, por não demonstrar condições de ser gerido pela instituição. O saldo remanescente de R\$79.567,64 foi devolvido ao Programa, conforme a 2010RA270, de fev/2010. O último relatório de supervisão, realizado pela Gerência de Operações e Suporte Estratégico - Geose, evidenciou as seguintes impropriedades: a) local de recebimento dos produtos inadequado; b) ausência de controle na entrega e no recebimento de produtos (peso e quantidade); c) entrega de produtos constantes na síntese, substituído por outros não constantes na mesma (exemplo: ovo de codorna em substituição ao ovo de galinha caipira); d) quantidade de produtos superfaturados nas Guias de Recebimento - GRs e respectivos Termos; e) entrega de subprodutos no abate de frangos (exemplo: pé e pescoço); f) falsificação de assinaturas dos responsáveis pelo recebimento dos produtos, evidenciado em diversas GRs e respectivos Termos de Recebimento.</p>
Recomendação
1104.1 - Recomendamos à Sureg/MA manter nos Projetos certidões atualizadas, principalmente quando houver liberação de recursos financeiros consoante MOC título n.º 30, item 7.
Tratamento das Recomendações
de nanci.lino em 14/10/2011 como Solucionado A apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND) é condição obrigatória para que uma instituição possa relacionar-se com órgãos da administração pública e com instituições oficiais de crédito. Um dos objetivos dessa exigência é fazer com que as empresas que forneçam ou recebam recursos do Governo, mantenham o recolhimento dos impostos em dia.
de rogerio.p.silva em 14/10/2011 como Pendente A Superintendência Regional não utiliza o recurso de manter certidões atualizadas sempre que há liberação financeira, em função de não haver previsão expressa no Manual de Operações – MOC, título 30, item 7. Há uma exigência, no normativo acima citado, na ocasião da formalização da proposta, momento em que a proponente deverá entregar a documentação para formalização da proposta, incluindo-se as certidões, que serão previamente consultadas pela Conab no momento do depósito em conta específica da organização do produtores. Ressalte-se, ainda, que na ocasião da liberação

das parcelas, para pagamento dos produtos alimentícios, o recurso já se encontra previamente depositado em conta específica em favor da proponente, que informa a Conab o valor que deve ser retirado para pagamento dos associados ou cooperados. A Conab somente analisa e autoriza a liberação financeira, emitindo comunicação ao Banco.

Recomendação:

1104.2 - Recomendamos à Sureg/MA interagir formalmente, com a Associação de Criadores de Frangos e Hortifrutigranjeiros de Açailândia/MA para atualizar a Proposta de Participação – Doação Simultânea exigindo, conforme MOC título 30 item 7, o parecer e acompanhamento do Conselho Alimentar Escolar na execução das propostas. Adotar o mesmo procedimento para os demais projetos, no que couber, encaminhando cópia para a Audin.

Tratamento das Recomendações:

de em 14/10/2011 como Pendente

segue anexo ainda.

de rogerio.p.silva em 14/10/2011 como Pendente

Segue, ainda, anexo.

de nanci.lino em 14/10/2011 como Solucionado

resposta acatada pela auditora, item solucionado

de rogerio.p.silva em 14/10/2011 como Pendente

Não há necessidade de atualização da proposta de participação da entidade evidenciada, especificamente no que diz respeito ao parecer do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, uma vez que tal declaração, emitida em 25/03/2010, já constava na proposta de participação, processo n.º 11-480/2009, 3.º volume, fls. 426 (documento anexo). Vale informar que, tal procedimento tem sido adotado para todas as demais propostas, as quais devem rigorosamente atender ao check list (anexo) preliminar à formalização e da proposta de participação.

Recomendação:

1104.3 - Recomendamos à Sureg/MA padronizar a formalização do Processo, de acordo com a NOC n.º 60.204, a exemplo do processo n.º 21211.000480/2009-40. Adotar o mesmo procedimento para casos análogos.

Tratamento das Recomendações:

Recomendação:

1104.4 - Recomendamos à Dipai/Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar - Supaf verificar a exatidão dos dados lançados no sistema relativo ao CNPJ n.º 63.582.241/0001-06 - Portal da Transparência Pública do PAA.

Tratamento das Recomendações:

de zilda.silva em 14/10/2011 como Solucionado

Solucionado.

de rogerio.p.silva em 14/10/2011 como Pendente

Havia uma divergência entre a informação contida no Portal da Transparência Pública e a Proposta de Participação relativa ao CNPJ n.º 63.582.241/0001-06, notadamente quanto ao nome da entidade proponente. Retificou-se através do Sistema de Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos – SIGPAA, no link “manter beneficiário”, a incoerência apontada, que, automaticamente, é corrigida no Portal da Transparência Pública, com bem atesta o documento anexo.

Constatação:

1105 - Nas visitas “in loco” realizou-se uma “Pesquisa de Opinião”, objetivando medir a eficácia e eventuais necessidades do Programa do PAA, quanto à satisfação dos participantes envolvidos/clientes, e, se houve melhoria nos negócios e na renda dos produtores. Por unanimidade os pesquisados/integrantes do Programa elogiaram e agradeceram a atuação da Conab na operacionalização do PAA. 1 - Verificou-se a morosidade nas vistorias para aprovação dos projetos, incorrendo, em consequência, os preços pesquisados em determinada época ficam defasados, não acompanhando o preço de mercado causando atrasos na liberação dos recursos. 2 - Verificou-se que em algumas Propostas de Participação no PAA estava incluída a galinha caipira, produto mais caro comparado ao frango de granja, mas nas cidades visitadas foram encontrados frangos de granja, não havendo alteração no projeto para essa substituição. 3 – Constatou-se que as entidades beneficiadas – escolas, creches, abrigo de idosos nem sempre conseguem identificar a origem de cada doação, já que recebem doações do Município e do Estado. 4 - Consoante as instituições da amostragem do quadro anterior, constatou-se nas visitas/entrevistas “in loco” o seguinte: a) deficiência do projeto na parte de logística; b) baixos preços dos produtos; c)

morosidade na aprovação do projeto (em torno de 90 dias); d) o Programa contribuiu para melhora na aprendizagem e frequência dos alunos; e) falta de cumprimento do cronograma com entregas sistemáticas; f) ausência de manifestação da Conab com relação à solicitação do aumento nos preços em abr/2011; g) percebeu-se estímulo na produção em função do Programa; h) falta variedade dos produtos; i) dificuldade na conferência das Notas Fiscais - NFs; j) necessidade de um acompanhamento mais próximo, por parte da Conab; k) mudanças de hábito alimentar dos alunos, com a melhora da merenda; l) falta de cronograma de pagamento; m) atraso de pagamento das associações dos produtores (fato recorrente); n) o Programa tem sido um incentivo para o aumento da produção; o) dificuldades burocráticas (guia de remessa); p) dificuldade de comunicação; q) necessidade de um anexo na GR, visando facilitar a contabilidade, gasto de papel e tempo; r) devolução de NFs por erro de cálculo (centavos); s) atrasos de recursos; t) demora da Aprovação do Projeto; u) necessidade de maior atuação dos fiscais dos projetos interagindo com as associações. 5 - Os projetos do município de Barra do Corda não estavam contemplados no planejamento, porém, por questão de logística efetuou-se a visita. 6 – Constatou-se, em Imperatriz, a existência da Superintendência de Segurança Alimentar e Nutricional – Sedes, a qual além de emitir DAPs, auxilia as associações na elaboração dos projetos, e ainda: a) controla as quantidades destinadas às escolas; b) possui apoio de nutricionista. Sugestões coletadas na Superintendência: a) informatizar o processamento da documentação; b) atualização anual de preços; c) treinamento aos produtores; d) diversificação e melhoria das culturas existentes; e) encaminhamento das NFs das associações via e-mail. Na entrevista com os responsáveis pela operacionalização do programa verificou-se (fonte: Geose/MA): A Sureg/MA tem orientado as entidades proponentes e beneficiárias, para que façam avaliação do Programa, informando os avanços e entraves observados. Por meio da CI.Sector de Operações e Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - Seopi n.º 44, para a Geose, em 16.8.2011, solicitou-se aos empregados operadores do PAA/Doação Simultânea que atentem para o prazo médio de recebimento de prestações de contas enviadas pelas associações/cooperativas, que deverão ser apresentadas em torno de 30 dias. Quando atinge o prazo de 40 dias, sem o recebimento na Sureg da prestação de contas da entidade proponente, o técnico conferente do projeto deverá informar essa situação ao encarregado do setor ou seu substituto, objetivando a adoção de medidas saneadoras.

Recomendação:

1105.1 - Recomendamos à Sureg/MA celeridade na aprovação e/ou renovação dos projetos e acompanhamento rigoroso, nas prestações de contas para liberação dos recursos, evitando acúmulos destas e visando não prejudicar os produtores e as entidades beneficiadas, conforme cronograma específico.

Tratamento das Recomendações:

de rogerio.p.silva em 14/10/2011 como Pendente

A dinâmica de formalização das propostas de participação, dependem de vários aspectos, tais como: o atendimento da documentação exigida pelas proponentes, da transmissão da proposta via eletrônica – PAANet, da formalização das propostas pela Matriz, da abertura da conta específica para operar o Programa, de supervisões e acompanhamentos pela Regional, entre outros. A Regional tem se esforçado de maneira significativa no sentido de garantir maior celeridade na formalização das propostas, proporcionando, também, uma melhor sistemática nas prestações de contas. Vale informar que há um número considerável de propostas aptas a pagamento, aguardando, somente o envio de certidões pelas proponentes.

de zilda.silva em 14/10/2011 como Solucionado

Solucionado.

Recomendação:

1105.2 - Recomendamos à Sureg/MA verificar a possibilidade de antecipar o envio das NFs para as associações e cooperativas, através de e-mail, visando agilizar o recolhimento do INSS, evitando assim, recolhimento com multas.

Tratamento das Recomendações:

de zilda.silva em 14/10/2011 como Solucionado

Solucionado.

de rogerio.p.silva em 14/10/2011 como Pendente

Há possibilidade de transmissão eletrônica das Notas Fiscais para as entidades proponentes. A Regional deve adotar tal recomendação o mais breve possível, emitindo comunicação circular ao corpo funcional responsável pela análise dos projetos, por outro lado, vale informar que tal recomendação ficará prejudicada em alguns municípios em função da baixa qualidade de acesso a internet.

Constatação:

1106 - Constatou-se que houve uma representação noticiando possíveis irregularidades na execução de ações e Programas

de Segurança Alimentar e Nutricional por parte da Conab/MA publicada no Diário Oficial da União, Portaria n.º 22, de 14.12.2010 do Ministério Público Federal – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que requisita manifestação sobre a execução do Programa de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea.

Recomendação:

1106.1 - Recomendamos à Sureg/MA verificar o teor da Portaria n.º 22, de 14.12.2010, do Ministério Público Federal – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e informar à Audin as providências adotadas.

Tratamento das Recomendações:

de nanci.lino em 14/10/2011 como Solucionado

Resposta acatada pela auditora, item solucionado.

de rogerio.p.silva em 14/10/2011 como Pendente

A Superintendência em cumprimento a requisição contida no Ofício n.º 922/2011-PRDC/MA, de 22/08/2011, Ref.: SEPROT PR-MA-6874/2010-ICP-937/2011-19, da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, se manifestou, tempestivamente, de maneira circunstanciada, sobre os fatos narrados na representação, através do Ofício Sureg n.º 1.600, de 02/08/2011 (anexo), notadamente quanto a execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, bem como sobre o exercício do controle social exercido pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA.